



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 35 - Nº 699 - DE 8 A 21 DE OUTUBRO DE 2023 - R\$ 5,00

Por que os Estados Unidos insistem na continuidade da guerra na Ucrânia

**A queda de Nagorno-Karabakh expressa
a barbárie da restauração capitalista**

**APLICAR A CONCEPÇÃO E O PROGRAMA DO
PROLETARIADO NAS CONDIÇÕES DE GUERRA**

**Sem a greve, não é possível derrubar
o plano de privatização de Tarcísio**

**50
anos**

do golpe de Pinochet no Chile

*Ato Político do Comitê de
Enlace pela Reconstrução da
IV Internacional (CERQUI)*



Por que o imperialismo não busca o fim da guerra

A Ucrânia está devastada. O sofrimento da população trabalhadora é indescritível. A contraofensiva iniciada em junho não conseguiu romper o controle russo de Donbass. Os ataques a navios no Mar Negro pouco afetaram a capacidade das Forças Armadas da Rússia. As sanções econômicas impostas pelos EUA não chegaram a provocar erosão na economia e minar a estabilidade do governo de Putin. Nem mesmo houve transcendência a tentativa de revolta do Grupo Wagner, seu dirigente máximo está morto e o Kremlin o disciplinou como milícia mercenária. Ao contrário de a aliança imperialista montada por Washington ter conseguido isolar a Rússia da maior parte dos países, a China tem conseguido manter e fortalecer um movimento sob a bandeira do “multilateralismo” e da “pacificação”.

Nas últimas cúpulas e reuniões internacionais, como as do G20 e ONU, os Estados Unidos tiveram que se conter e evitar se impor a qualquer custo, de forma que a ofensiva de apoio militar à Ucrânia se mostrou estancada e com sinais de retrocesso. O conflito da Polônia e Hungria em torno à exportação de produtos agrícolas da Ucrânia, que se acha bloqueada no Mar Negro, refletiu e reflete as dificuldades crescentes para Biden manter intacta a aliança dirigida militarmente pela OTAN.

A população da Europa está exausta com a guerra que chega aos dezenove meses, sem perspectiva de solução. A eleição na Polônia pode ser desfavorável ao atual governo servilmente pró-norte-americano. A vitória do partido opositor nas eleições parlamentares na Eslováquia se baseou, não apenas no descalabro econômico-social do país, como também na reprovação de importante parcela da população trabalhadora à participação na aliança imperialista de apoio à Ucrânia. Fez parte da disputa eleitoral a questão da paz. A situação do governo alemão não é mais cômoda que o da Polônia e da Eslováquia.

A movimentação na Europa, ainda que molecular, de forças contrárias à continuidade da guerra está vinculada à reprovação sofrida por Biden. O recente conflito no Congresso em torno ao Orçamento e à sustentação da gigantesca dívida pública, que não é novo, teve a particularidade de colocar em discussão as divergências sobre a condução dos democratas à guerra na Ucrânia. A atitude dos republicanos de não fazerem corte a Zelensky, quando da reunião da ONU, evidenciou o agravamento das desavenças no seio da burguesia e da política norte-americana, tendo a fábula de recursos despendidos com uma guerra que, para a Ucrânia vencer, depende de ser transbordada de suas fronteiras para a Europa como um todo. Envolver diretamente a OTAN contra a Rússia é acender um estopim para uma possível terceira guerra mundial, para a qual a aliança imperialista não se acha preparada. A disputa entre Biden e Trump pela presidência da República, ainda que dista de um ano, conta com as divergências sobre a Ucrânia. A resistência dos republicanos em incluir US\$ 24 bilhões no Orçamento resultou em uma demonstração de que a questão ucraniana já está no âmago do embate eleitoral.

A realização de uma reunião em Kiev com a participação de chanceleres europeus demonstrou mais o enfraquecimento do empenho das potências em enviar mais armas e recursos para Zelensky manter a contraofensiva reconhecidamente fracassada. A ausência dos representantes da Polônia, Hungria e Letônia pesou negativamente no resultado da reunião, que prometeu manter o apoio à Ucrânia. A manutenção da guerra por mais tempo depende em grande medida dos EUA, o maior fornecedor de armas e munições. Os governos europeus assistem atônitos a crescente dificuldade de Biden, que passou a depender de um acordo à parte com os republicanos para cumprir o compromisso com Zelensky de empurrar a guerra para adiante, custe o que custar ao povo ucraniano. Reclamam do desfalque dos estoques europeus de munição.

Em seguida na reunião de Kiev - a terceira cúpula da Comunidade Política Europeia, realizada em Granada, Espanha -, a Alemanha e a Espanha prometeram reforçar a defesa e o ataque das forças ucranianas. Veio à tona, porém, o não cumprimento da resolução que obriga os Estados a aplicarem 2% do PIB do país em apoio à OTAN e ao desenvolvimento armamentista. Não estão pondo em prática em função do agravamento da crise econômica e social, sendo que a guerra tem sido um fator negativo na Europa.

Os riscos de se interromper a entrega de armas à Ucrânia não foi o único problema da cúpula. A Polônia e Hungria se opuseram distribuir as responsabilidades para uma nova onda migratória, que atinge ao mesmo tempo os Estados Unidos. O exemplo de Biden é de um governo que se opunha à política de Trump de levantar um muro na fronteira com o México, e que, agora, acaba de mudar de posição. A migração em massa e a situação de miserabilidade são efeitos da decomposição do capitalismo, em cuja entranha se gestam as guerras e os intervencionismos imperialistas.

Pouco antes da cúpula, o Azerbaijão ocupou o enclave armênio de Nagorno-Karabakh. A disputa territorial entre a Armênia e o Azerbaijão, iniciada com o processo de desmoronamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), levou a uma guerra que foi de 1992 a 1994. A Rússia interveio para que um acordo fosse selado. Mas, a paz se mostrou provisória. No marco da guerra da Ucrânia, o Azerbaijão teve como enfraquecer o papel intervencionista da Rússia. O apoio da Turquia a Baku pesou no prato da balança. A região conta com interesses múltiplos, do Irã, Turquia e Rússia. Os Estados Unidos que estão por toda a parte pressionaram em favor da Armênia. A Rússia nada pôde fazer para manter o acordo de 1994. As ex-repúblicas soviéticas, tanto o Azerbaijão quanto a Armênia, têm sido arrastadas para a órbita da União Europeia e dos EUA. A importância desse acontecimento está em que o imperialismo vem ganhando terreno no cerco à Rússia.

A restauração capitalista que levou à destruição da URSS se passou sob as condições de decomposição do capitalismo mundial e de avanço da contrarrevolução encabeçada pelos Estados Unidos, promovida pela Guerra Fria e amparada pela OTAN. Está bem à vista que as guerras da Chechênia, da Geórgia, do Azerbaijão e da Ucrânia são consequências do processo de restauração capitalista e de liquidação da URSS. Os avanços alcançados pela revolução socialista de 1917, entre eles o direito à autodeterminação das nações oprimidas, retrocederam ao ponto de se restabelecerem um novo patamar às velhas disputas territoriais. A Turquia faz parte da OTAN. Manobra entre os Estados Unidos e a Rússia. Assim age em defesa de interesses particulares na região. A finalização do conflito em torno ao enclave armênio não resolve as contradições que se restabeleceram com o fim da URSS.

A Rússia, seja qual for o resultado final da guerra com a Ucrânia, não tem com interromper o avanço das forças imperialistas na região em que foi edificada a URSS. Está inevitavelmente submetida à decomposição do capitalismo. Essa conclusão é fundamental para a luta revolucionária do proletariado mundial contra as guerras de dominação e por sua conversão em guerras de libertação. O desenvolvimento da guerra na Ucrânia, a emersão de inúmeros conflitos nos mais distintos continentes e a escalada militar que envolve o choque entre os Estados Unidos e a China mostram a importância das posições do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) e o valor estratégico da bandeira de Paz sem anexação, sem nenhuma imposição da aliança imperialista comandada pelos Estados Unidos. Somente o proletariado, organizado e em luta tem como impor o fim da guerra, por meio de uma paz verdadeiramente democrática.

Sintomas de mudança na luta de classes

A greve unificada do Metrô, CPTM e Sabesp evidenciou a tendência de luta que vem se gestando entre os trabalhadores. Os trabalhadores mostraram na prática a disposição de defender a estatal e os empregos. Apesar de ter sido por vinte e quatro horas, como estava previsto pelos sindicatos, a paralisação se impôs diante do governo Tarcísio Freitas e do prefeito Ricardo Nunes, bem como à justiça burguesa, pró-patronal e pró-governamental. O fato de não ter sido aprovada a sua continuidade, por outro lado, mostra ao governo que pode ir adiante com o programa de privatização do Metrô, CPTM e Sabesp.

Trata-se de retomar imediatamente a greve diante do pronunciamento do governador de que irá prosseguir com as privatizações. Não se pode perder de vista que Tarcísio enfrenta também uma greve geral na USP. A unidade desses dois movimentos tem tudo para erguer uma luta mais ampla contra as privatizações, a terceirização e a precarização das condições de trabalho.

Era esperada uma reação geral da burguesia, que se manifestou na forma de campanha jornalística dirigida a jogar a população trabalhadora contra a greve e a bandeira de defesa a empresa estatal. A experiência com a privatização de várias linhas do Metrô não deixa dúvidas de que se volta contra os assalariados que dependem dos transportes coletivos.

A resistência a mais um passo decisivo à privatização, evidentemente, é tardia. O que dificulta a mobilização grevista, como a forma capaz de derrotar o processo de desestatização, que perpassa a federação, os estados e municípios. O movimento operário e dos trabalhadores em geral foi sistematicamente desarmado, política-ideológica-organizativamente, pelas direções sindicais burocratizadas e adaptadas ao capitalismo em decomposição.

Desde as metas de privatização do Plano Real, da década de 1990, impostas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), se avançou enormemente o processo de desestatização e de entreguismo pró-imperialista em vários setores fundamentais da economia. As privatizações dos Metrôs de Minas Gerais, Recife e São Paulo seguem esse curso geral. Para interrompê-lo, é preciso erguer um movimento de massa pela reestatização, sem indenização e sob o controle operário.

Tarcísio usou as linhas privatizadas para se contrapor à greve, sem que houvesse uma resposta à altura da direção do movimento unificado. Sem dúvida, a greve unificada foi política, mas determinada pela economia e pelas condições de existência das massas. É nesse marco que se põe à luz do dia a ausência de uma direção que encarne o programa e a estratégia próprios do proletariado.

A ampla burocratização dos sindicatos, embora em graus distintos, explica por que os explorados não se levantaram contra as privatizações que servem ao capital contra o trabalho. A burocracia que controla o sindicalismo de Norte a Sul do País responde aos interesses dos exploradores, subordinando assim os dos explorados. O reformismo petista, pcdobista e congêneres se curvou diante das brutais pressões do capital financeiro e monopolista, que, em sua crise, impõe as privatizações e exige o pagamento em dia da gigantesca dívida pública, que atingiu a marca recorde R\$ 6.265 trilhões.

A facilidade como a fração burguesa liberal e francamente pró-imperialista impulsionou a desestatização se deve à política de colaboração de classes das direções políticas e sindicais. As ilusões democráticas, potenciadas sob a política reformista do PT e assistencialista do governo Lula, desviaram e amorteceram as

tendências de luta do proletariado e da maioria oprimida.

Anos seguidos, a classe operária e os trabalhadores em geral vêm sendo atacados em suas condições mais elementares de existência, sem que se erguessem em pé de guerra contra o avanço do desemprego, do subemprego, da informalidade, da terceirização e do empobrecimento que desemboca na miséria. As várias tentativas de luta nesse sentido foram controladas, desmontadas e desviadas do curso da luta de classes para o da subserviência. Sobre essas condições sociais e políticas, a burguesia e seus distintos governantes foram longe com as privatizações e com a liquidação de velhas conquistas trabalhistas dos explorados. Há uma intrínseca relação entre a desnacionalização, o aumento da taxa de exploração da força de trabalho e da precarização brutal das condições de existência da maioria oprimida.

A privatização do Metrô, CPTM e Sabesp se encontra na linha desse violento processo de crise estrutural do capitalismo, que já não pode desenvolver as forças produtivas e evitar a sua decomposição. A reação geral da burguesia, a multa diária de R\$ 1,5 milhão aos sindicatos decretada pela Justiça e o silêncio de Lula diante de uma greve de apenas vinte e quatro horas transpareceram o temor de se desencadear um movimento, não apenas contra as privatizações em curso, mas também contra toda a política antinacional e antipopular que tem guiado o País para o abismo econômico e social.

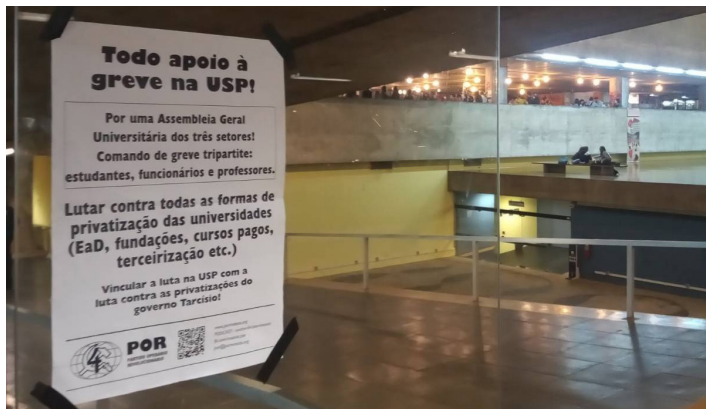
É nessas condições que a direção sindical dos metroviários, ferroviários e dos trabalhadores da Sabesp se mostrou incapaz de desenvolver a luta política implacável contra a privatização. Várias linhas do Metrô foram sendo entregues ao capital privado, aplainando o terreno para a desestatização geral. O avanço da terceirização nos serviços públicos é uma modalidade de privatização. Chegou-se ao ponto extremo de Tarcísio, de ultradireita e partidário do bolsonarismo, montar o plano de privatização que abrange o Metrô, a CPTM e a Sabesp. Os capitalistas parasitários vêm uma grande oportunidade na ampla mercantilização dos serviços que ainda estão sob o encargo do Estado.

A tendência de luta que aflorou com a greve indica que se abriu um caminho de enfrentamento, que depende de a direção unificada retomar o único método capaz de impor a derrota aos privatistas, que é o da greve política. Não uma greve condicionada pelas disputas eleitorais, cuja figura de Boulos, do PSOL, se destacou, mas uma greve política de combate às medidas antinacionais e antipopulares dos governantes.

É necessário mostrar aos trabalhadores do Metrô, CPTM e Sabesp e à população que não será com a lei antigreve e com as multas ditatoriais que a luta se encerrará. Mostrar que não será pedindo um plebiscito a Tarcísio que se derrotará a inflexível decisão dos privatistas. Trata-se de retomar a greve unificada, mais bem organizada e mais bem amparada pela população, que tomou conhecimento do seu justo objetivo.

As assembleias presenciais devem ser a instância de decisão soberana. Está posta a necessidade de a direção unificada do Metrô, CPTM e Sabesp preparar uma nova assembleia, para retornar à greve com mais firmeza. A campanha contra o isolamento do movimento implica a luta política contra as direções sindicais que se sujeitaram ao privatismo e à desnacionalização. Em continuidade, está colocada a defesa da convocação imediata pela centrais e movimentos de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, em defesa de um programa de reivindicações e de luta pela reestatização, sob o controle operário.

Estudantes da USP expressam as tendências de luta



O fato de no dia 21 de agosto uma manifestação dos estudantes de Letras se converter em estopim da greve que abarca a maioria dos cursos na USP indica que o descontentamento é generalizado e que foi contido por muito tempo. Da FFLCH, o movimento alcançou 19 e logo saltou para 26 cursos.

A greve tem em comum o choque com a política do governo estadual e da Reitoria em conter as contratações de professores, de forma a reduzir paulatinamente a capacidade educacional da maior universidade do país. De um déficit de 641 vagas, foram preenchidas 238, segundo informação da Reitoria. Já segundo levantamento da Adusp seriam necessários 1683 professores para restabelecer a proporção aluno/docente de 2014. E a distribuição dos novos contratos segue a avaliação da burocracia universitária que tem por método atender aos interesses de mercado, e não aos do conhecimento.

O curso de Letras, nesse sentido, tem sido um dos mais atingidos por essa diretriz. É o que explica o fato de a válvula de escape da panela de pressão explodir justamente na FFLCH. Se fosse pela vontade do governo e da burocracia da USP, já se teria fechado faculdades como a de Letras e empurrado seus estudantes para o ensino privado. Como o não preenchimento de vagas é generalizado, correspondendo à política de contenção de verbas para as universidades públicas, principalmente para a melhoria das condições de trabalho e estudo, a USP enfrenta uma greve geral.

Parte dos professores se viu obrigada a reconhecer a justeza da reivindicação. Os funcionários são os que mais vêm sendo penalizados. É o que explica a generalização do movimento.

Há muito os estudantes vêm reclamando das condições de estudo que ano a ano declinam. Questões como moradia, permanência, transporte, material didático etc. combinam com a decadência do ensino e com a falta de professores. É inevitável que surjam reivindicações colaterais como ingresso de indígenas, em vez de se impulsionar a bandeira de fim do vestibular e ingresso universal.

Na realidade, o movimento que rompe anos de paralisia do movimento estudantil tem causas mais profundas que não emergiram na forma de programa e de reivindicações. A USP vem sendo paulatinamente levada à privatização. O método do governo, seguido pela burocracia, é o de sufocar e empurrar a universidade pública para a decadência. Não há nada de estranho ou contraditório a política de manutenção de alguns cursos nos patamares mais elevados e de rebaixamento dos demais. Sabe-se perfeitamente o quanto avançou o preconceito oficial contra os cursos da área de humanas. São os mais canalizados para o EaD. É sintomática a onda on-line que envolveu áreas como as da formação de professores e da pedagogia em particular. As áreas denominadas científicas, exatas e tecnológicas padecem das parcerias público-privadas.

Se processa gradualmente uma privatização interna das universidades públicas. Ao mesmo tempo, se expande o sistema de ensino privado em todas as modalidades. O problema das contratações de professores na USP, das dificuldades de permanência estudantil, da precarização dos cursos de humanas etc. é reflexo da marcha privatizante do ensino em geral e da universidade em particular.

O governo Tarcísio e a Reitoria trabalham para esgotar o movimento grevista no marco de sua especificidade, sabendo que pequenas concessões não alterarão o caminho do desmonte da USP e da privatização. Somente uma poderosa unidade dos estudantes poderá contrabalancear o peso do conservadorismo de boa parte dos professores e, provavelmente, dos funcionários mais próximos à burocracia docente.

Partindo da defesa da contratação imediata de professores e de medidas de proteção à permanência estudantil, é imperativo se chegar ao programa de defesa do ensino público, gratuito e controlado por quem estuda e trabalha. O que implica a luta pela democracia universitária em torno à constituição de um governo tripartite eleito diretamente pelos três setores e subordinado à Assembleia Universitária. A preservação da burocracia universitária resulta em manutenção do processo de privatização e de controle policial do espaço universitário.

A greve unificada, por si só, exige a constituição de uma assembleia unificada entre os setores em luta, que deve ser o embrião da Assembleia Geral Universitária. Essa forma democrática é decisiva para que os estudantes, que constituem a maioria e os mais necessitados do ensino público, vençam o particularismo de cada setor e a terrível camisa de força do corporativismo.

A direção estudantil, formada majoritariamente por correntes reformistas e centristas, não está à altura de expressar programaticamente a tendência de luta das massas interna e externamente, que extrapolam os muros das universidades. A constituição de comitês de base e de um comando geral tripartite, com maioria estudantil, é a forma de se ampliar e desenvolver as tendências de luta.

Não é casual que a greve da USP tenha coincidido com a greve de 24h dos trabalhadores do Metrô, CPTM e Sabesp, bem como a tentativa de greve na Embraer, duramente reprimida pela polícia, com a prisão de diretores do sindicato metalúrgico de São José dos Campos. Nesse mesmo sentido, é importante assinalar a greve dos terceirizados no aeroporto de Guarulhos. Recentemente, houve a greve dos terceirizados em Natal, Rio Grande do Norte, e a do metrô do Recife, Pernambuco.

A luta na USP poderá mostrar à classe operária e aos demais trabalhadores que a greve é o instrumento essencial para a defesa das condições de existência dos explorados. A luta estudantil e a dos trabalhadores dos transportes públicos de São Paulo passam a ser uma referência ao descontentamento da maioria diante do desemprego, do subemprego, da informalidade, da terceirização e da impossibilidade de estudo aos milhões de jovens.

É com essa diretriz e perspectiva que o POR e a Corrente Proletária Estudantil trabalham pela vitória da greve na USP e pelo retorno à greve do Metrô, CPTM e Sabesp contra a política de privatização da burguesia e dos governantes. Está plenamente colocada a unidade da greve da USP com as dos metroviários, ferroviários e trabalhadores do serviço de água. É possível constituir um comitê contra a privatização e pela reestatização, depende somente da superação do corporativismo e da orientação política das direções dos movimentos.

Governo Lula/Alckmin planeja nova reforma administrativa contra os servidores federais

Em uma entrevista concedida ao jornal O Globo, divulgada em 02/10, o secretário extraordinário para a Transformação do Estado, Francisco Gaetani, do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) revelou as discussões que ocorrem nos bastidores do governo em torno de uma nova reforma administrativa, que, segundo ele, deverá ser apresentada na forma de 5 novos projetos de lei no Congresso Nacional até o final do ano.

Dentre as medidas, está o enxugamento das mais de 150 carreiras em apenas 20 ou 30, e a redução do valor inicial dos salários dos novos concursados para próximo os do setor privado. Isso mostra o quanto são pura enrolação as 10 mesas “específicas” de negociação entre governo e sindicatos de servidores federais para discutir melhorias nos planos de carreira. Trata-se de uma tática do governo de dividir o funcionalismo federal em mesas específicas, para que não haja uma luta unificada pela recomposição salarial este ano e, desta forma, impor o congelamento salarial em 2024, ao mesmo tempo em que, nos bastidores do governo, discutem como destruir o que resta de direitos nos planos de carreira dos servidores.

Outra medida que está sendo discutida para a nova proposta de reforma administrativa é a possibilidade da contratação via CLT na administração indireta (IFES, INSS, IBGE etc.). Sabemos que já existe esse tipo de contratação nas empresas estatais, na EBSEH e também nas fundações de apoio à pesquisa. Estas últimas, cabe ressaltar, têm sido utilizadas irregularmente pelos reitores e governos para contratar celetistas para funções administrativas, que passam longe do que se entende como “pesquisa”. A nova reforma administrativa tornaria generalizado esse tipo de

contratação nas autarquias, por meio da criação de fundações estatais de direito privado.

Após a repercussão negativa da notícia, o governo se apressou a lançar uma “nota de esclarecimento” dizendo que “não há projeto de contratação de funcionários celetistas para a administração direta” e que “não existem planos de fusão de carreiras existentes com possível transição para novas, mas de reforço das carreiras transversais”. Com esta “nota de esclarecimento”, o governo mais obscureceu, lançando uma cortina de fumaça, sem negar, na prática, as declarações do secretário Gaetani.

O leitor atento notará que a negativa do governo para a contratação via CLT se restringe à administração direta (por exemplo os ministérios), enquanto que o secretário havia mencionado justamente a administração indireta (universidades etc.). Além disso, o governo mantém a ideia de “reforçar” as carreiras transversais (servidores que poderiam atuar em vários órgãos), em detrimento da extinção das demais carreiras. Não à toa o governo se movimenta para realizar, até o final do ano, um concurso nacional unificado com esse intuito.

Como se vê, o governo de frente ampla burguesa de Lula/Alckmin manobra, mas não consegue esconder seu plano de ataques ao funcionalismo federal e serviços públicos, o que inclui também o plano de privatizações já em curso. As direções sindicais do funcionalismo devem, urgentemente, romper a conciliação com o governo, organizar imediatamente a greve unificada pela recomposição salarial, e exigir das centrais sindicais a organização da luta nacional por um programa próprio de reivindicações, que inclua a luta contra as privatizações.

A questão indígena Conflito entre os poderes da burguesia

Por 43 votos a favor e 21 contra o Senado aprovou projeto de lei que afirma o critério do marco temporal para as terras indígenas. Lula se viu livre de se confrontar com os partidos de sua base aliada, como PP, MDB, PSD e União Brasil, simplesmente orientando o voto contrário. Espera-se que vete a decisão, tendo por base o veredito do Supremo Tribunal Federal (STF), que considerou inconstitucional o impedimento de demarcação de terras indígenas consideradas ocupadas após a Constituição de 1988.

O problema se tornou mais agudo diante de terras localizadas em regiões urbanas. Um dos casos emblemáticos é o do Pico do Jaraguá em São Paulo. A mudança de interpretação pela Câmara dos Deputados, que aprovou uma nova versão, levou à judicialização da questão. O posicionamento contrário ao marco temporal resultou em um conflito entre os poderes Legislativo e o Judiciário. Voltou à tona a divergência sobre até que ponto o STF estaria se sobrepondo ao Congresso Nacional. O emaranhado se tornou mais nebuloso com as divergências políticas em torno ao aborto e às drogas. Juntando esses componentes, se gestou uma situação explosiva, típicas da crise política e da instabilidade governamental.

O que caracteriza a democracia no Brasil é sua forte composição oligárquica. O Congresso Nacional está montado sobre a base de alinhamentos de interesses bem determinados. Os mais importantes se encontram nas frentes parlamentares do Boi (agropecuária), da Bíblia (religião) e da Bala (segurança pública). Ao todo, porém, são 17 frentes parlamentares. Os deputados podem estar vinculados a várias delas. No fundo, as três maiores e influentes frentes comungam os mesmos interesses. Não há nenhum empecilho em se juntarem em favor do marco temporal, que é do interesse dos latifundiários, agropecuaristas, agroindustriais e banqueiros, e armar ao mesmo tempo uma oposição a qualquer medida de descriminalização do aborto e do uso da droga.

Não por acaso, no projeto do Senado se incluiu a “flexibilização da política de não contato com povos indígenas”, de forma a permitir que organizações privadas possam ter acesso a esse meio social. Aí estão inseridos os interesses das igrejas, das ONGs, dos empresários etc. E se incluiu também a possibilidade estabelecer “contratos entre indígenas e não indígenas” para se realizar a exploração econômica em territórios demarcados. Aí estão inseridos os interesses dos capitalistas: garimpagem, agricultura, pastagem etc.

Na base da discórdia entre “protecionistas”, não-protecionistas” ou “semiprotecionistas”, estão os interesses econômicos, que, em última instância, determinam a política e o funcionamento institucional do Estado burguês. É preciso ainda evidenciar o lugar do imperialismo, que conhece perfeitamente o valor da riqueza natural do Brasil e, em especial, o da região amazônica.

Não há como conter a penetração das forças produtivas capitalistas e a poderosa ação do capital financeiro sobre as terras indígenas. Pode-se retardar até certo ponto, mas é inevitável o controle latifundiário que sobrepassa a capacidade dos indígenas de se defenderem e criarem uma economia própria. O capitalismo é um sistema anárquico de produção e distribuição de mercadorias. É impensável que o Estado burguês possa direcionar o país para uma economia planejada e regulada pelos próprios produtores. Os países que se tornaram potências econômicas não preservaram suas riquezas naturais e não preservarão às dos países semicoloniais, como é o caso do Brasil.

A única classe que pode modificar esse quadro catastrófico é o proletariado, desde que constitua o seu partido e encarne o programa da revolução social. O direito real de autodeterminação dos povos indígenas se conquistará lutando pela sociedade socialista. O caso do Brasil é um dos mais agudos. Há, até certo ponto, o reconhecimento de setores da burguesia de que houve um genocídio colonizador, combinado com a escravidão negra. Mas, não se tem como voltar atrás. E o que se tem pela frente não são senão medidas pontuais e circunstanciais, como a demarcação de terras, que nunca puderam de fato ser controladas pelos próprios povos indígenas, que vivem sobressaltados por madeireiros, garimpeiros, pescadores e extrativistas.

Os nativos tiveram, pela força da economia, do cativo, das

armas e das doenças trazidas pelos europeus, de cederem aos colonizadores pré-capitalistas e à marcha do capitalismo. Restam somente 1,7 milhão de indígenas de uma população estimada em 213,3 milhões. Como se vê, trata-se de uma porcentagem populacional mínima de nacionalidades indígenas. Baseados nessa relação, os defensores da limitação das terras indígenas e da sua abertura à exploração econômica, recorrem ao fato de que as 764 reservas – destas estão ainda para ser legalizadas 316 – detêm 13,8% do território nacional, sendo, portanto, um excesso, que deve ser revertido.

Esse embate no seio da burguesia, que se expressa nas instituições do Estado na forma de choques políticos – como se dá no momento em torno ao marco temporal – pende a favor do setor capitalista, que pode ganhar muito com a exploração dos territórios indígenas. Bolsonaro o favoreceu, Lula procura discipliná-lo, mais do que freá-lo.

A exposição do grau de miserabilidade dos Ianomamis serviu mais à demagogia protecionista de Lula e seus aliados de esquerda do que à solução. As ilusões vertidas em abundância de que o Estado passou a defender as necessidades e os interesses da população indígena contra os capitalistas predadores não se sustentará por muito tempo. A contraofensiva do Congresso Nacional à decisão legalista do STF é tão somente um dos sintomas de que as inúmeras frentes parlamentares estão dispostas a alimentar as tendências econômicas do capitalismo de avançar sobre as terras indígenas. Não há santuário para o capital.

É preciso interligar a questão camponesa com a questão indígena no sentido de constituir uma aliança com a classe operária. É nesse combate de classe da maioria oprimida que se imporão concessões à burguesia e se avançará no sentido da revolução social.

Governo Lula reforça o Estado policial

Pressionado pela mortandade na Bahia, Lula autorizou o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino (PSB), a apresentar o programa “Enfrentamento às Organizações Criminosas” (Enfoc). Consta de um montante de R\$ 900 milhões, destinados para a mobilização das polícias, compra de armamentos e construção de prisões de segurança máxima. A pedido do governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), Dino autorizou o envio de mais policiais da Força de Segurança Nacional e da Polícia Federal – um contingente de 570 homens.

Sabe-se que a segurança pública é uma atribuição dos estados da federação. O “socorro” promovido pelo governo de Lula é uma resposta à falência dos estados mais contagiados pelo narcotráfico e toda sorte de criminalidade. Ressaltou-se mais recentemente o caso da Bahia, um estado governado pelo PT em que já morreram mais de 70 pessoas pelas ações da polícia. O Rio de Janeiro se destaca pela guerra diária. Pouco antes de explodir a mortandade na Bahia, o estado de São Paulo foi sacudido pelas operações policiais na Baixada Santista. O governador de São Paulo, Tarcísio Freitas (Republicanos), apresentou a mesma justificativas que os governadores da Bahia e do Rio de Janeiro: a alta letalidade se deve à resistência armada dos criminosos, portanto, a polícia mata em legítima defesa.

São Paulo se distingue por ter a mais preparada força policial do País, segundo especialistas em segurança pública, mas nada o distingue dos métodos da matança coletiva e da vingança diante do policial morto. Em 2022, as estatísticas apuraram a morte de 6.430 pessoas pelas ações policiais. Tornaram-se comum, no Rio de Janeiro, a morte de crianças vítimas de “balas perdidas”. Em 2021, as prisões superlotadas mantinham 820,7 mil presos em condições subumanas. Um número significativo sequer conta

com penalidade, e outros continuam presos apesar de ter a pena vencida. Esse tipo de arbitrariedade foi demonstrado com o mutirão judicial que libertou 20 mil pessoas em 2023.

Tais condições justificam os gastos de cerca de R\$ 160 bilhões anualmente, 1,38% do PIB, segundo estatísticas de 2021. As autoridades consideram muito aquém das necessidades da segurança. Trata-se, porém, de um gasto parasitário, que tende a aumentar. O novo pacote montado pelo governo Lula de R\$ 900 milhões vem nesse sentido.

O fortalecimento do Estado policial é reflexo do avanço da barbárie capitalista. Os assassinatos e prisões são de jovens pobres, miseráveis e pretos em sua imensa maioria. Assassinatos e prisões massivas compõem o quadro da incapacidade da burguesia de resolver a crise social que é estrutural.

Lula expele a demagogia discursando sobre o combate à “desigualdade” existente entre a maioria pobre e miserável e a minoria rica. Mas, a sujeição de seu terceiro mandato ao capital financeiro, à oligarquia agrária e aos monopólios industriais é ainda mais acentuado. Foi Lula quem criou a Força de Segurança Nacional, dando sua contribuição ao reforço do Estado policial, que se abriga sob as instituições da democracia burguesa. A cada situação de mortandade, as vozes mais obscurantistas evocam a intervenção das Forças Armadas, já que as forças policiais se mostram insuficientes para conter o impulso da criminalidade.

Os métodos da guerra civil já estão em vigência sem que a burguesia e seu Estado possam conter a propagação do narcotráfico e das milícias que comandam o crime. A violência do Estado policial agrava ainda mais as contradições sociais, que estão na base da formação de quadrilhas, constituídas por uma fração burguesa narcotraficante.

Pode parecer exagerado, mas não temos dúvidas de que o Estado policial serve à dominação burguesa sobre o proletariado e à maioria oprimida. E aqui se encontra a chave desse terrível problema social. Somente por meio da luta de classes, os explorados deixarão de ser passivos diante da barbárie que avança sem parar.

Os milhares de jovens assassinados, presos e socialmente mutilados são produtos do capitalismo envelhecido e decrépito. O combate à barbárie e ao Estado policial começa pela organização do movimento operário e popular independente da política burguesa e pequeno-burguesa. Pela via da defesa dos empregos, dos salários, dos direitos trabalhista, da escola liga à produção social, da igualdade entre brancos e negros, entre homens e mulheres etc., se coloca o programa de expropriação revolucionária da grande

propriedade dos meios de produção e sua transformação em propriedade social.

A luta contra a barbárie, nas suas mais distintas formas, conduz à luta pela derrubada do poder da burguesia e edificação do poder operário e da maioria oprimida. Somente com essa política de classe é possível amadurecer a consciência dos trabalhadores e, em especial, da juventude explorada, que não há problema humano que o homem não possa resolver. O capitalismo tem de ceder lugar ao socialismo, e à sociedade livre de qualquer opressão de classe, que é a sociedade comunista. Faz parte dessa luta a construção do Partido Operário Revolucionário internacionalista, marxista-leninista-trotskista.

A CPI do MST fracassou?

A CPI não chegou a votar o relatório montado pelo deputado bolsonarista Ricardo Sales. Esse final desfavorável à ultradireita se deu por vencimento de prazo. Seus trabalhos já haviam sido prorrogados uma vez, e esperava-se uma nova prorrogação. Artur Lira, presidente da Câmara, manobrou com o tempo e, assim, findou-se a CPI. Pelo visto, a esperança dos seus promotores de obterem um retorno não passa de desejo.

Os governistas festejaram como derrota da oposição bolsonarista. Considerando o fato de Ricardo Sales e Coronel Zucco não terem obtido uma expressiva maioria para vencer a resistência dos governistas, comandados pelo PT, se pode afirmar que não se atingiu o objetivo de levar à condenação do MST e da FNL ao plenário da Câmara, onde se poderia fazer um grande barulho político. Mas, a avaliação não deve se limitar a esse resultado melancólico e desmoralizante.

Não deixou de ser importante a constituição de uma CPI para atacar o movimento camponês, que se vale do método de ocupação de terra. O MST, como principal organização agrária dos pobres do campo, se encontra profundamente adaptado ao decadente reformismo petista, identificado como “democrático e popular”. As ocupações e manifestações camponesas se retraíram desde que Lula se tornou um pivô da política de colaboração de classes, mas foram ao fundo do poço após ao golpe de Estado de 2016, que derrubou o governo de Dilma Rousseff.

A CPI foi motivada com as ações do “Abril Vermelho”, que denuncia a chacina de trabalhadores sem-terra em Eldorado dos Carajás. As ocupações de propriedades na Bahia, Pernambuco, São Paulo, Espírito Santo e Goiás e os protestos em frente ao Inbra, iniciados logo após a vitória eleitoral de Lula, de janeiro a abril, tiveram em contrapartida uma reação dos latifundiários, agropecuaristas e agroexportadores. Levantaram o espectro da volta das ocupações dos anos de 1990 e projeção política do MST, que se debilitou com o recuo da luta pela “reforma agrária”.

A ultradireita bolsonarista e a direita burguesa em geral cobraram de Lula repressão. O MST não realizou as ocupações do Abril Vermelho para atacar o governo que ajudou a eleger e que espera dele algum espaço na política agrária, repleta de contradições econômicas e sociais. Por meio de negociatas, o ministro do Desenvolvimento Agrário negociou com sucesso as desocupações, que haviam sido planejadas com tempo para começar e acabar. É em meio a essa situação política que a oposição bolsonarista tomou a dianteira em montar uma CPI do MST. Não havia, portanto, substância para ir avante na condenação do movimento, uma vez que as ocupações não representavam uma mudança de linha dos dirigentes do MST em relação à reforma agrária obtida como benesse do Estado burguês e ao apoio a Lula.

Nenhuma das ocupações tomou a forma de combate à oligarquia latifundiária. Não houve condições para o Coronel Zucco (Republicanos) e Ricardo Salles (PL) irem adiante com o objetivo de classificar o MST de organização terrorista, o que levaria à criminalização política do movimento camponês, que já é duramente reprimido pelo Judiciário e pela polícia. Não teve, portanto, transcendência a defesa da política agrária de Bolsonaro, que promoveu a titulação de propriedade aos assentamentos, em contraposição à reforma agrária. Os ultradireitistas também não puderam levar adiante a defesa do armamento dos grandes proprietários contra os camponeses.

A CPI encerrada sem finalização, portanto, frustrou esse objetivo político da ultradireita oposicionista ao governo de Lula. No entanto, deixou aberto o curso do enfrentamento dos latifundiários aos camponeses pobres, que será retomado na medida em que se acirre a luta de classes no campo e na cidade.

A direção do MST se mostrou incapaz de travar a luta para pôr abaixo a CPI dos opressores. As correntes reformistas e centristas de esquerda tiveram a mesma atitude passiva. Esperaram que a CPI esgotasse por si mesma, sabendo que Lula se envolvia mais e mais com o apoio de partidos do Centrão. Assim, a ala radical da direita não conseguiria se impor no Congresso Nacional, de forma a viabilizar os objetivos traçados pelos asseclas dos latifundiários, tendo à frente o Coronel Zucco e Ricardo Salles.

O fundamental está em que os camponeses continuam sob intensa opressão de classe exercida pela burguesia e, em particular, por sua fração agropecuarista e agroindustrial. O fracasso da reforma agrária a ser realizada pelo Estado burguês está patente. O MST não perdeu importância para a luta camponesas, mas suas proposições o mergulharam em uma encruzilhada que indica o caminho do beco sem saída.

O Partido Operário Revolucionário (POR) fez uma campanha pela bandeira de “Abaixo a CPI do MST”, tendo por orientação programática de que a vitória das massas camponesas está em caminhar no sentido da revolução agrária, que resultará em expropriação geral da propriedade latifundiária. Tarefa democrática que depende da aliança operária e camponesa sob o programa da revolução social, que, por sua natureza de classe, será proletária.

A CPI do MST, felizmente, concluiu sem o resultado pretendido pelo maiores e mais ferozes inimigos dos camponeses. Abaixo a CPI dos latifundiários contra os pobres do campo! Organizar a aliança operária e camponesa em torno à revolução agrária e à revolução proletária!

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
 nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Assembleia extraordinária dos metroviários de São Paulo **Manobra da direção põe fim à greve**

O sindicato dos metroviários realizou uma assembleia extraordinária no dia 05/10, para fazer uma nova votação sobre a continuidade da greve. A direção do sindicato iniciou a assembleia informando que errou ao suspender a greve de terça-feira, dia 03/10, porque nenhuma das três propostas colocadas em votação conseguiu a maioria, 51% dos votos. 39% votaram para suspender a greve. 32% a favor da greve no dia 10/10 e 20% em fazer a greve no dia 09/10. Basta essa configuração dos votos, para se ver a confusão instalada. A maioria se colocou pela greve, somando 32% e 20%, são 52%. A divisão, no entanto, resultou no desmonte da greve. Certamente, se pode discutir até que ponto os 52% estavam de fato firmes em continuar o movimento grevista. Mas só era possível saber se a direção estivesse firme por dar continuidade à greve.

Em seguida, a presidente do sindicato, Camila Lisboa, fez críticas à privatização e informou que a proposta da maioria da direção do sindicato – Resistência/PSOL, PSTU, CTB, e outros defendiam a proposta de fazer uma nova assembleia no dia 09/10 e greve para o dia 10/10 de 24 horas. Um setor de oposição - UP, MRT e EM - defendeu uma nova assembleia para o dia 08/10 e greve para o dia 09/10 por tempo indeterminado, até a retirada de todos os editais e leilões de terceirização e privatização.

A oposição que defendeu a greve para o dia 09/10, denunciou que aprovar a greve para o dia 10/10 seria apenas fazer um protesto e fingir que se lutou, porque o leilão de terceirização de todas as estações do metrô já está marcado para o dia 10/10, às 9 horas da manhã. Portanto, a meia noite do dia 10/10, quando iniciasse a greve, já estaria tudo terceirizado. A votação foi de 1416 votos contrários à greve e 1326 favoráveis. Diante disso a diretoria encaminhou o ato conjunto no dia 09 às 16 h em frente ao Edifício Cidade 2. A diferença de apenas 90 votos indica que o setor mais avançado estava pela greve em número representativo. O peso do conservadorismo dos que opuseram se deu à posição da direção que não confiou na possibilidade da greve, limitando-a a 24 horas, no dia 3. Certamente, a influência das direções da CPTM e da Sabesp serviu para tornar a greve definida, de forma a impossibilitar a greve por tempo indeterminado. A direção majoritária do Metrô se adaptou à pressão dessa ala da burocracia, que foi a greve apenas para dar satisfação aos trabalhadores e ocultar sua adaptação ao privatismo. Sem a greve, o ato do dia 9 não terá força alguma.

Ficou claro que a maioria da direção do sindicato dos metroviários não quer voltar à greve. Tudo indica que se adaptou às pressões do governo Tarcísio e de toda corja da imprensa privatista. A questão posta para os metroviários, ferroviários e trabalhadores da Sabesp está em que a luta consequente para colocar abaixo o projeto de privatização do governo Tarcísio está na greve unificada. As manobras feitas para suspender a greve indicaram a vacilação das direções, que tinham o dever de manter a unificação. O corporativismo imperou, e direção mostrou que a unidade era precária e provisória, sendo que os metroviários se projetaram como a força condutora do processo.

Outro erro grave da direção é o de realizar assembleias híbridas - presencial e on-line, virtual. Essa é uma tática da direção burocrática que serve para facilitar as manobras, impedir a participação dos trabalhadores na discussão e na condução da greve. De fato, a diluição do movimento pelo uso dos meios virtuais não permite que os grevistas mais avançados apresentem suas posições na assembleia e tomem em suas mãos como fazer a greve.

Mais de 7 mil trabalhadores movimentam o metrô. Na assembleia do dia 05/10, não havia 100 pessoas, e sua maioria era formada por membros da direção do sindicato e diretores sindicais. A base não estava presente. A votação foi feita on-line. A longa experiência do movimento sindical e da luta de classes mostra que a as-

sembleia expressa a força coletiva na forma da democracia proletária e reúne o destacamento mais avançado do combate. Os trabalhadores do metrô devem exigir que a direção volte a fazer as assembleias presenciais e democráticas



O partido Operário Revolucionário (POR) tem participado dos comitês e da greve contra a privatização, defendendo que a luta contra a desestatização deve ser nacional, embora esteja sendo expressa no momento pelos trabalhadores do Metrô, CPTM e Sabesp do estado de São Paulo. Há pouco, foi encarnada pelos metroviários do Recife. Trata-se de uma luta ampla e profunda de resistência contra a desnacionalização, o entreguismo e o parasitismo financeiro, que expressam a decomposição do capitalismo em escala mundial.

Eis por que o POR vem levantando a bandeira de que os sindicatos e centrais convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios. A ofensiva privatizante do governo do estado de São Paulo é parte do processo nacional de desestatização. A resposta grevista, mesmo com toda a sua limitação política de sua direção, mostrou que esse é o caminho para os trabalhadores defenderem as estatais, como parte da luta pelos empregos, salários e direitos trabalhistas, bem como para pôr abaixo as contrarreformas trabalhista, previdenciária e a lei da terceirização, e impedir que se imponha uma contrarreforma administrativa que está em curso.

A greve em São Paulo pôs na ordem do dia a organização de um movimento nacional em defesa de um programa da classe operária e dos demais trabalhadores. A luta limitada e corporativa não é capaz de derrotar o plano de Tarcísio, porque é parte do processo geral de privatização, comandado pelos monopólios e assentado nos interesses do imperialismo.

As centrais sindicais são comandadas por direções adaptadas ao capitalismo e às forças políticas da burguesia. No fundo, colaboram com a via das privatizações. Não iriam sair em defesa da greve unificada. Sua política na situação é a de sustentar o governo Lula, que procura manter boas relações com o governo de São Paulo. A política de colaboração de classes tem bloqueado a unificação das lutas regionais e impedido o desenvolvimento das condições políticas para a organização de uma greve geral, que incorpore a defesa da reestatização, sob o controle operário.

É nessa situação que a greve unificada foi delimitada e limitada para servir apenas de protesto. O plebiscito, por sua vez, foi utilizado não como instrumento auxiliar para aproximar a população da luta contra a privatização e amparar a greve. O acordo da direção unificada de realizar a greve por 24 horas foi um sinal de que não estava por um combate frontal com o governo de São Paulo. A unidade se desfez e serve de motivo para a maioria da direção do sindicato dos metroviários argumentar de que não era possível retornar à greve.

Entrevista da Mesa Debate, durante a assembleia de 3 de outubro

Eu estou aqui com um militante do POR, O POR está ajudando a construir essa luta, essas mobilizações. Eu queria saber o seguinte, primeiro, que balanço vocês estão fazendo da greve, ainda não acabou, mas que balanço vocês estão fazendo desse dia de luta, de greve, dos ataques do Tarcísio hoje, das pautas, e além desse balanço, vocês que estão nessa campanha permanente contra a terceirização, eu queria saber também o seguinte: qual é o caminho que vocês acham mais adequado para essa luta ser vencida?

Camaradas, nós do Partido Operário Revolucionário estamos fazendo parte dos comitês contra a privatização da Sabesp, do metrô e da CPTM. Estamos organizando nas regiões, nas fábricas, o trabalho de panfletagem. Estamos com o trabalho do boletim “Nossa Classe”, por exemplo, fazendo toda a divulgação com os metalúrgicos, os borracheiros, na USP, em todos os setores, porque consideramos que o método que foi aprovado da greve, a greve de um dia, é de extrema importância. É por meio da greve unificada e nacional que vai ser a única forma de colocar abaixo a privatização.

E aí nós deixamos claro e consideramos importante colocar que a luta contra a privatização não pode se limitar apenas à luta contra a privatização colocada pelo Tarcísio. Porque a privatização, como nós sabemos, vem acontecendo há muito tempo. A Eletrobras foi privatizada, as refinarias da Petrobras, todas as distribuidoras. Então, tem agora a questão da Sabesp, da CPTM.

Nós colocamos que deve ser uma luta nacional contra a privatização. O primeiro ponto que o POR está intervindo, colocando todo o apoio para que essa greve que foi hoje de um dia, chamada por esses setores de São Paulo seja estendida para uma greve na-

cional, que tem de ser preparada, começando por um Dia Nacional de Luta. Essa é uma bandeira que consideramos de extrema importância, porque com o Dia Nacional de Luta, que seja convocado pelo sindicato, pelas centrais, vai ser possível colocar a classe operária, os trabalhadores estatais, os estudantes, os camponeses contra o governo burguês de Tarcísio, também contra o governo burguês de Lula, a frente ampla burguesa de Lula/Alckmin, que está também financiando, através do BNDES, através das PPPs, a privatização dos presídios, das linhas do metrô, que é o tema de Recife, que levou os trabalhadores a também fazerem uma greve.

Então, nós colocamos esses dois pontos de fundamental importância: o método da greve, a questão de que tem de ser uma greve nacional, deve ser preparada uma greve geral para unificar a luta contra a privatização. E também o fato de que não é só contra a privatização, porque é importante mostrar toda a questão dos editais e o leilão que vão ser feitos das linhas do metrô, da CPTM, da Sabesp, que é o projeto do Tarcísio. Mas a reestatização, que essa luta contra a privatização tem de ser uma luta pela reestatização de todas as empresas que foram privatizadas. Porque é nesse sentido que nós vamos defender a estatização de todas as empresas privatizadas sob o controle dos trabalhadores, dos funcionários e da população.

Então, essas são duas bandeiras importantes para avançar, não ficar limitado a um estado, a uma luta contra o Tarcísio, mas uma luta geral contra todo o processo de privatização. São duas maneiras importantes: a unidade e que seja uma luta para colocar o controle operário e a estatização sob o controle operário de todos os setores, de todas as empresas privatizadas.

Intervenção do POR na convocação da paralisação e na greve do Metrô, Sabesp e CPTM

Os militantes do Partido Operário Revolucionário (POR) estiveram presentes nas assembleias que aprovaram a realização de um plebiscito, como forma de mobilização da população sobre os prejuízos da privatização do transporte coletivo e dos serviços de água e esgoto. Juntamente com os materiais do plebiscito, o POR divulgou um Manifesto com o seguinte chamado: “Todo apoio ao plebiscito contra as privatizações Tarcísio. Organizar a greve para impedir a entrega da Sabesp, Metrô e CPTM aos capitalistas. Constituir comitês de luta nos locais de trabalho, de estudo e nos bairros. Estender a luta do estado de São Paulo a todo o país: fim das privatizações e reestatização sob o controle operário e dos demais explorados”. Eis uma de suas passagens: “O plebiscito, como se vê, deve ser um passo para envolver politicamente a população trabalhadora, não no sentido eleitoral, mas politicamente no sentido de que lutamos contra medidas capitalistas que afetam ainda mais as difíceis condições de vida da maioria que sobrevive com baixos salários, da parcela de desempregado e subempregado que mal consegue pagar as contas básicas”. Conclui: “O Partido Operário Revolucionário (POR), que tem por programa e orientação política a revolução proletária, a constituição de um governo operário e camponês e a expropriação geral da burguesia, se empenha para que a população trabalhadora se valha do plebiscito para rechaçar politicamente as privatizações da Sabesp, Metrô e CPTM, para se mobilizar e participar da greve planejada pelos sindicatos e movimentos. O POR defende que se estenda a luta contra as privatizações de Tarcísio a todas as demais privatizações em andamento, como a do Metrô de Recife. O POR trabalha para o sindicatos e movimentos constituam comitês de base e um comitê nacional de luta pelas reestatizações e pelo fim das PPPs.”

Durante um mês, os militantes poristas participaram do plebiscito nas escolas públicas, envolvendo professores, funcionários e estudantes, na estação de trem de Francisco Morato, em um dos bairros da Zona Leste juntamente com o movimento da saúde, na subsele da Apeoesp da Lapa e em outros locais de trabalho e estudo.

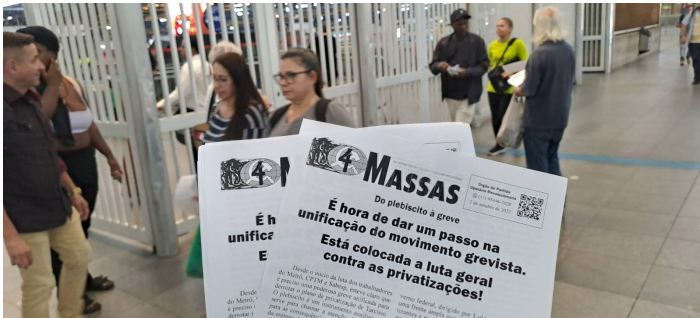
A campanha principal do POR esteve voltada à distribuição do Boletim Nossa Classe nas fábricas, que trouxe o chamado: “Lutar contra as privatizações da Sabesp, Metrô e CPTM por meio da greve, da ação direta e coletiva. Que o plebiscito sirva para mobilizar a população oprimida e preparar a greve em defesa das empresas públicas!”. O Boletim Nossa Classe defende que os sindicatos, movimentos sociais e centrais convoquem assembleias nas fábricas, bairros e demais locais de trabalho e estudo. E que organizem um Dia Nacional Luta, com paralisações e bloqueios”. Destacamos aqui a agitação, realizada no dia 2 de outubro, na montadora Mercedes e o apoio dos metalúrgicos à luta contra as privatizações.

No dia 2 de outubro, ocorreu uma assembleia/ato unificado na Quadra dos Bancários. O POR interveio com a distribuição do Manifesto, que também serviu de agitação no dia da greve, com a vendagem do jornal Massas e com a banca de materiais do partido. Nessa assembleia foi aprovado os piquetes do dia seguinte.

No dia da greve, militantes poristas estiveram nas estações de metrô de Itaquera, Carrão, Barra Funda e monotrilho de São Mateus. No final do dia, o POR atuou na assembleia realizada no Sindicato dos Metroviários, que fez um balanço da paralisação e aprovou o suspensão da greve, que havia sido planejada para 24 horas.

Do plebiscito à greve

É hora de dar um passo na unificação do movimento grevista Está colocada a luta geral contra as privatizações! 2 de outubro de 2023



Desde o início da luta dos trabalhadores do Metrô, CPTM e Sabesp, esteve claro que é preciso uma poderosa greve unificada para derrotar o plano de privatização de Tarcísio. O plebiscito é um instrumento auxiliar, que serve para chamar a atenção da população para as consequências econômicas e sociais da entrega dos serviços públicos aos empresários. Quanto mais as massas trabalhadoras se envolverem na luta contra a privatização, mais forte ficará nosso movimento dirigido pelos sindicatos. E quanto mais o enfrentamento com a política privatizadora de Tarcísio estiver longe das disputas eleitorais, mais a população, que sofre com os baixos salários, o desemprego, o subemprego e o alto custo de vida, confiará na luta dos trabalhadores do Metrô, CPTM e Sabesp.

Esse é o caminho que deve tomar o nosso movimento, de forma que esteja completamente transparente o objetivo da luta grevista. Assim, sem dúvida, contaremos com a capacidade de nossas próprias forças coesas e com a participação ativa das massas populares.

Hoje, estamos reunidos para preparar a greve de amanhã. Devemos ter claro que testaremos nossa unidade na prática e a vontade política de vencer o plano antinacional e antipopular das privatizações. Vamos enfrentar a dureza repressiva de Tarcísio, que conta com o silêncio e a convivência do governo federal, dirigido por Lula na forma de uma frente ampla que abriga as forças privatizantes e protetoras do capital financeiro. A responsabilidade do governo federal diante do processo de privatização do Metrô do Recife já se manifestou.

De longa data, as privatizações vêm sendo realizadas, atendendo aos interesses dos banqueiros e fortes grupos empresariais, que entrelaçam o capital nacional com o capital estrangeiro (imperialista). Eis por que a entrega do patrimônio público ao capital privado resulta em desnacionalização. O que fortalece o capital financeiro em detrimento do capital estatal que poderia estar voltado a ampliar as forças produtivas do País. A transferência do capital estatal para o privado é uma forma de manifestação do parasitismo financeiro.

O ritmo e o formato das privatizações podem variar, mas no geral têm o mesmo conteúdo de proteger os capitais altamente concentrados em poder dos monopólios. Inevitavelmente, a população pagará com o aumento das tarifas, que já são altas em relação ao miserável salário mínimo e insuportáveis para as famílias que enfrentam o desemprego e o subemprego.

As direções sindicais têm o dever de mostrar que não se trata apenas de um problema de São Paulo, governado por um bolsonarista. Desde Fenando Henrique Cardoso, principalmente, se aplainou o caminho das privatizações, que vem sendo seguido por todos os governantes, apesar de formas e ritmos diferentes. A diretriz das chamadas Parcerias Público-Privadas (PPPs) faz parte do processo de privatização. O esquartejamento da Petrobrás e as concessões de exploração montadas desde o pré-Sal funcionam como meios de se chegar à privatização total.

Bolsonaro aproveitou o final de seu governo para leiloar a Eletrobras. Lula não se dispôs a reverter o entreguismo bolsonarista. O que se passou e passa com rodovias, aeroportos e portos não deixam dúvidas que o privatismo não é uma marca que identifica e diferencia um governo de ultradireita, de direita e de centro-esquerda.

A esquerda burguesa já não se identifica com o nacionalismo burguês estatizante. O mesmo se pode dizer do nacionalismo de direita. O motivo dessa mudança está em que o capitalismo em decomposição não comporta experiências nacionalistas que sirvam à proteção do capital nacional nas semicolônias. É o que se observa nas experiências por que passou a América Latina.

A luta contra as privatizações de Tarcísio para sair vitoriosa tem de ser empreendida no marco do processo geral de privatização. A falência dos Estados semicoloniais se evidencia na perda de sua capacidade de intervir na economia em função do desenvolvimento das forças produtivas internas, que se acham interligadas às externas, controladas pelos monopólios e pelo capital financeiro. O alto endividamento do Estado, que, no passado, serviu ao desenvolvimento econômico, se esgotou e se volta contra ele na forma de retrocesso. As privatizações não servem às forças produtivas, mas ao parasitismo financeiro. Entregam-se os patrimônios públicos para que os capitalistas se sirvam do capital já amortizado e para que o Tesouro Nacional continue a sustentar a gigantesca dívida pública.

Tarcísio nada mais faz senão seguir o processo geral de desnacionalização de setores fundamentais da economia. Os trabalhadores do Metrô, da CPTM e da Sabesp dão um primeiro passo na luta contra as privatizações, como fizeram recentemente os metroviários do Recife.

É preciso ter clareza sobre que forças antagônicas enfrentamos. Nesse sentido, trata-se de pôr em pé um movimento nacional contra as privatizações e pela reestatização sem indenização, sob o controle operário. Esse movimento teve seu início com a greve do metrô de Belo Horizonte, passou para o Recife, e, agora, continua com nossa greve mais ampla, envolvendo o Metrô, a CPTM e a Sabesp.

É imperativo reconhecer que a greve na USP, no fundo, responde ao processo de privatização do ensino. Iniciou pela reivindicação de contratação de professores e melhoria nas condições de permanência. Mas, essas questões pontuais trazem à tona as pressões privatizantes. Os estudantes, funcionários e professores devem confluir sua luta com a dos trabalhadores do Metrô, da CPTM e da Sabesp, e vice-versa. *As bandeiras "Abaixo as privatizações" e "Reestatizações" devem levar à unidade contra a política antinacional e antipopular dos governantes.*

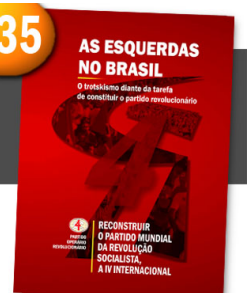
Que as assembleias e manifestações exijam dos demais sindicatos, centrais e movimentos o compromisso de levantar a bandeira "Abaixo as Privatizações!" Que convoquem um Dia Nacional de Luta contra as privatizações, pela reestatização, pelos empregos, salários e direitos.

Adquira com o distribuidor: **R\$ 35**

**AS ESQUERDAS
NO BRASIL**

O Trotskismo
diante da Tarefa
de Construir
o Partido
Revolucionário

O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.



São Paulo

Tarcísio diante da greve do Metrô, Sabesp e CPTM

O governador, ex-ministro de Bolsonaro, Tarcísio de Freitas, foi obrigado a se colocar diante da greve do Metrô, Sabesp e CPTM. Durante meses se recusou conversar com as direções sindicais sobre o processo de privatização. Diante da imprensa, reafirmou que a privatização fez parte de seu programa de governo e que está fazendo o que prometeu nas eleições. Atacou o sindicato dos metroviários, responsabilizando-o pelos prejuízos aos “cidadãos”. Criminalizou as direções do movimento por não acatarem as decisões da Justiça do Trabalho, que havia determinado que os transportes coletivos sobre trilhos deveriam funcionar 100% nos horários de pico. Determinou que a greve era “egoísta”, “abusiva” e “ilegal”.

Nada disso é novidade quando se refere ao ultradireitista Tarcísio. Sua política sempre foi a de entregar as empresas estatais aos capitalistas nacionais e estrangeiros. Basta lembrar o esforço que fez quando ministro para desfazer totalmente o Porto de Santos, que só não foi efetivado em função das denúncias que pesavam sobre o ex-presidente Bolsonaro com a privatização da Eletrobras. Procurou, nessas últimas horas, comparecer diante das câmeras de TV como governador democrático, que ainda está fazendo estudos sobre as privatizações e que fará uma audiência pública quando os projetos chegarem à Assembleia Legislativa, mas não deixou de lado o seu propósito de punição e criminalização aos organizadores da greve. Como politiquês, usou a população pobre, que usa o transporte coletivo para ir ao trabalho ou procurar um emprego, para mostrar que a greve tem objetivos políticos, referindo-se às eleições municipais do próximo ano. É no momento de greve que os governantes burgueses lembram da tragédia diária da maioria explorada, enfrentando trens e metrô superlotados e tendo de viver com o salário mínimo de fome.

O fundamental está em que Tarcísio quer concluir o mais rápido possível as privatizações. No caso da Sabesp, segundo ele, em estágio mais avançado, a reunião com os prefeitos dos 375 municípios diretamente dependentes dessa companhia de água e saneamento já ocorreu e tinha como objetivo mostrar as vantagens da privatização. Agora, tem usado a política de liberar verbas aos deputados da base aliada na Assembleia Legislativa, para que a votação seja esmagadora. Aguarda, assim, o sinal positivo dos prefeitos e deputados para que o projeto seja encaminhado à votação, ainda nesse final de ano. Somente quando tudo estiver arquitetado é que Tarcísio fará a audiência pública, para cumprir o rito da lei. Por isso, se mostrou furioso com a reivindicação dos sindicatos grevistas de que realizasse um plebiscito oficial junto à população.

O governador, segundo a imprensa, pretende fazer a privatização da Sabesp em duas etapas. Hoje, 50,3% da empresa é estatal e 49,7% são de acionistas. Primeiramente, venderia 25% da parte do estado; e depois o restante. Por meio desse mecanismo, estaria cumprindo a meta de universalizar o saneamento básico para toda a população. Na realidade, está seguindo o modelo da privatização da Eletrobras. Ou seja, reduzindo gradualmente a participação do estado e ampliando a dos acionistas. Há uma estimativa de que com a venda da Sabesp será possível arrecadar R\$ 60 bilhões. Com o discurso de que esse dinheiro será revertido a outras áreas sociais, saúde, educação, moradia etc., o governador pretende recuperar o apoio da parcela da população pobre, que votou em Bolsonaro/Tarcísio no estado.

Em relação à privatização das 4 linhas restantes do metrô (1-Azul, 2-Verde, 3-Vermelha e 15-Prata), o governador disse que contratou a empresa International Finance Corporation (IFC), uma consultoria ligada ao Banco Mundial, para formatar o modelo de privatização. Justifica a contratação com o argumento de que é preciso corrigir os erros de outras concessões, referindo-se aos problemas de atraso, descarrilamento, precariedade dos serviços etc.

Portanto, deu para um organismo que serve ao imperialismo o plano de privatização. Sobre a venda das linhas 7-Rubi, 10-Turquesa, 11-Coral, 12-Safira e 13-Jade da CPTM, o governador anunciou que está fazendo as obras de melhorias para depois entregá-las à iniciativa privada.

Durante todo o período da greve, Tarcísio contou com o apoio dos canais de televisão e rádio para condenar o movimento dos trabalhadores. Governador, prefeito da capital e a grande imprensa bateram na mesma tecla: a greve prejudica a população pobre e se trata de uma greve política. Sempre desfechando um duro ataque à dirigente dos metroviários, por ser do PSOL, vinculando com o interesse desse partido com a candidatura de Guilherme Boulos à prefeitura de São Paulo. Os governantes e capitalistas sempre usaram esse argumento diante das greves nos serviços públicos. Basta lembrar o quanto Mário Covas e Geraldo Alckmin usaram desse expediente nas greves da educação, em 2000 e 2015.

Tarcísio, contrariando sua conduta abertamente repressiva e evitando maior desgaste após a matança de dezenas de jovens no Guarujá, não usou a força policial para impedir as manifestações nas estações de metrô e trens. Durante todo o dia, os dirigentes sindicais e correntes políticas estiveram nas estações, denunciando a privatização e as ações do governador bolsonarista. Tarcísio se apegou nas decisões da Justiça do Trabalho, que julgou a greve como ilegal e abusiva e determinou a milionária multa de R\$ 500 mil por dia para cada sindicato, que não acatou a ordem judicial de manter 100% dos transportes funcionando nos horários de picos e 80% no decorrer do dia. Por outro lado, quando os metalúrgicos da Embraer aprovaram a greve, a conduta de Tarcísio e do prefeito de São José dos Campos foi a de usar a força policial, prendendo os dirigentes sindicais na porta da fábrica. A máscara democrática de apenas usar a justiça foi passageira, porque logo mais virão as punições aos grevistas. Não podemos esquecer que se trata de um governo abertamente policial.

Essa é primeira greve que unificou os trabalhadores da Sabesp, Metrô e CPTM e enfrentou o governador privatista. Mostrou o caminho da unidade grevista para combater a entrega de estatais e defender os empregos e os salários. Para ser consequente nessa luta, é preciso dar um passo mais à frente. É necessário desde já ampliar a campanha de defesa da greve unificada em todos os sindicatos e movimentos. Cabe à direção e à vanguarda combativa que estiveram na greve exigirem das centrais sindicais que abandonem seu colaboracionismo e saiam em defesa prática do movimento e contra os ataques da burguesia e do governador. A vitória da greve se converterá em uma trincheira de luta contra as privatizações e pela reestatização sem indenização, sob o controle operário.





Combater o autoritarismo da burocracia universitária com a força da luta coletiva e os métodos históricos da classe operária

A greve na USP entrou na terceira semana com praticamente todas as faculdades paralisadas, incluindo aquelas que tradicionalmente resistem aos movimentos grevistas como a FEA, POLI e São Francisco. Os piquetes em diversas unidades e apoio dos funcionários, técnicos administrativos e professores mostram a vitalidade da greve. É sem dúvida um dos maiores movimentos da última década na universidade. A burocracia da reitoria tenta manobrar e ludibriar os estudantes com reuniões vazias, campanha midiática e falsificações contrárias à greve. O ponto alto dessa campanha foram a entrevista do reitor Carlotti para a Estadão e a “Carta aberta à sociedade”, redigida e lida por diversos diretores de faculdades da USP, em defesa da reitoria e condenando a ação grevista estudantil. Os ataques aos piquetes e a ameaça de substituir as aulas presenciais por on-line estão em conformidade com o setor reacionário, cujos vínculos com o governo estadual são visíveis. Representa a política privatista e de destruição do ensino público. O movimento está diante da necessidade de responder aos ataques iniciais com os métodos da luta coletiva.

Apesar do apoio dos funcionários e docentes, ainda não se viu uma unidade prática, com assembleias e comando de greve unificados, o que certamente mostraria para a reitoria toda a força da greve, garantindo a vitória frente ao autoritarismo da casta burocrática. Portanto, essa tarefa persiste, e poderá se concretizar a partir da greve geral do funcionalismo no dia 3 de outubro, contra as privatizações.

Também foi possível perceber nas correntes que dirigem esse momento, um certo exitismo, apresentando o próprio fato de ter uma reunião com a reitoria como uma vitória. Não devemos nos enganar, a reitoria está claramente trabalhando para golpear o movimento, seja pela campanha difamatória e falsificadora, seja pelas reuniões onde não faz mais do que ouvir as reivindicações dos estudantes e jogá-las na lata do lixo, dizendo que tudo já está sendo resolvido, que os professores estão sendo contratado, e, segundo a carta dos diretores, o atual programa de permanência “não tem precedentes na história da universidade”, como se dissessem que a greve não tem nenhuma razão de acontecer. Se está claro que a reitoria não está disposta a atender as reivindicações, é preciso avançar como os métodos e ampliar a força coletiva da greve, através da unidade real com as demais categorias e outras universidades do estado. Está plenamente colocada a convocação da Assembleia Universitária e a constituição de um comando unificado e centralizado da greve.

A burocracia da universidade e o governo são os inimigos de uma universidade pública e autônoma, voltada aos interesses da maioria oprimida da sociedade. Como são uma minoria na universidade e representantes de uma minoria da sociedade, que é a burguesia, precisam usar do autoritarismo para manter seu poder.

Aí está a razão de ter inicialmente usado as forças policiais contra a greve (como em muitos outros movimentos na USP), e, depois, o autoritarismo de não reconhecer a legitimidade do movimento.

A Corrente Proletária Estudantil/POR, em seu programa, aponta o caminho do combate à burocracia universitária: “Os anseios da juventude que ingressa na universidade esbarram no autoritarismo de uma casta privilegiada de professores - a burocracia universitária -, que administra verbas, controla sua distribuição, favorece as áreas de seu interesse, e molda os aprendizes de forma a garantir a reprodução política e ideológica de seus grupos. Essa burocracia é o instrumento da classe dominante e de seus governos, que expressa no interior da universidade os interesses dos capitalistas.” E conclui que “A democracia universitária é incompatível com a existência da casta burocrática.”

É por isso que cada luta particular por contratação, por permanência etc., deve ser a parte de uma luta maior contra toda a burocracia universitária e servir de canal de expressão da luta pela real autonomia universitária, a partir da Assembleia Geral Universitária e do Governo Tripartite. A juventude que ingressa agora na universidade deve se apropriar desse conteúdo para enfrentar toda forma de autoritarismo burocrático.

Diante do autoritarismo da reitoria, os estudantes devem ser inflexíveis em suas reivindicações e se preparar para avançar nos métodos de luta históricos da classe operária, como as ocupações e paralisação da produção social através de manifestações massivas nas principais vias da cidade etc.

**Unidade real na luta: estudantes, funcionários e professores!
Assembleia Geral Universitária e comando de greve unificado.**

Combater o autoritarismo e as falsificações da reitoria com a radicalização dos métodos de luta!

**Combater todas as formas de privatizações da universidade:
EaD, Fundações, cursos pagos, terceirização etc.!**

A luta contra as privatizações: toda força à greve de 3/10

A luta contra as privatizações ganhou corpo nos últimos meses no estado de SP, através principalmente do plebiscito contra as privatizações, que se encerra no próximo dia 5. Trata-se de combater a política privatista do governo Tarcísio que tem avançado sobre o transporte sobre trilhos, a Sabesp e o Porto de Santos. Esse plebiscito não pode servir de pressão parlamentar e eleitoral, mas sim para mobilizar as massas trabalhadoras contra as privatiza-

ções em geral, que significam destruição dos empregos, queda nos serviços e mais enriquecimento para um punhado de capitalistas. O ponto de partida é a greve do dia 3, que deve contar com o apoio ativo dos estudantes. As universidades fazem parte dos planos privatistas dos capitalistas. Mesmo que não possam privatizá-las diretamente, fazem isso pelas bordas, avançando com a mercantilização da educação de diversas formas: EaD, Fundações, terceirizações, cursos pagos etc.

A Greve da USP tem sido a principal resposta contra o avanço privatista na universidade, mas precisa fortalecer a compreensão de que a falta de professores e a destruição da permanência são manifestações da privatização no ensino superior. Outras universidades do estado estão mobilizadas, mas devem formar um só movimento para conquistar suas reivindicações. Na Unesp e Unicamp, existe mobilização por isonomia e equiparação salarial; na Unicamp, os servidores têm lutado contra o ponto eletrônico; no Centro Paula Souza (FATECs e ETECs) houve, recentemente, uma luta contra a entrega de um prédio para a iniciativa privada. Como se vê, a sanha privatista dos governos é grande. Só um movimento unitário pode derrotá-la.

Que o dia 3 de outubro sirva para unificar as diferentes frentes de luta no estado de SP e no país, já que o governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin também participa do avanço privatista, como podemos ver na privatização do metrô de Recife e BH,

além de não reverter as privatizações das grandes estatais, como a Petrobrás, Eletrobrás, portos e aeroportos etc.

Estudantes e trabalhadores têm em suas mãos a tarefa de combater e derrotar a política privatizante dos governos. O processo de decomposição do ensino público é semelhante com o que se passa com os transportes, energia etc. Atenta contra a economia nacional e as necessidades mais elementares da maioria trabalhadora. O capitalismo está mergulhado em profunda crise econômica e histórica. A burguesia, seu Estado, os governantes e as castas burocráticas não apresentam outra saída senão descarregar suas dura consequências sociais sobre a classe operária, os demais trabalhadores e, em particular, a juventude oprimida.

É preciso ter claro que o movimento dos estudantes da USP e o dos trabalhadores do Metrô, CPTM e Sabesp estão diante de uma política destruidora de bens públicos. E, como tal, terão de se unir em um só combate e se voltar à mobilização geral dos trabalhadores. Essa é a questão política e organizativa que se colocou e que deve ser apresentada nas assembleias.

Que o movimento grevista na USP unifique os três setores por meio da Assembleia Universitária em defesa do ensino público, gratuito e controlado por que estuda e trabalha!

Que se dirija à unificação com o movimento contra as privatizações!

Greve na USP entra em etapa decisiva

A terceira assembleia geral dos estudantes da USP aconteceu no dia 2 e foi maior que a anterior. Isso expressa uma grande disposição de luta da juventude, que já estava manifesta nos piquetes nas unidades, na ocupação da EACH e no ato realizado no dia 26, da universidade até o Largo da Batata. O POR esteve presente com o Boletim da Corrente Proletária Estudantil, que reproduzimos antes, além de suas bandeiras e banca de materiais.

O movimento passa por uma etapa decisiva, já que a reitoria tem trabalhado para acabar com a greve através das falsificações e mentiras, ao mesmo tempo em que marca reuniões com a comissão para enrolar os estudantes. A resposta que deve ser dada pelo movimento é a ampliação e fortalecimento da unidade com professores e demais trabalhadores e a radicalização dos métodos. Nesse sentido, fizemos a proposta que se discuta com o Sintusp (funcionários) e Adusp (docentes) uma assembleia geral da universidade e um comando de greve unificado. A divisão nesse momento é motivo de fortalecimento da burocracia pró-capitalista que governa a USP.

A campanha aprovada na assembleia, de dizer para a reitoria parar de enrolação, expressou o predomínio das correntes centristas que dirigem o DCE. Tal bandeira não representa nada diante da força do reitorado. Seu poder é material e precisa ser enfrentado com força material, não com palavras. Essa direção (Correnteza/UP; JUNTOS/PSOL; UJC/PCB) está pronta para entregar o movimento com a primeira migalha que cair da mesa da reitoria. Já houve denúncias na assembleia de que essas correntes retiraram bandeiras aprovadas nos cursos na hora da negociação. As demais correntes como o Rebeldia/PSTU; Faísca/MRT; Já Basta/SoB; Esquerda Marxista etc., têm apontado críticas à conduta do DCE e defendido, essencialmente, a luta contra o governo Tarcísio e a ampliação para fora dos muros da USP. Tais defesas não estão erradas, mas devem estar subordinadas a um conteúdo claro que se expressa nesse movimento que é o combate às privatizações, que na universidade acontece de forma velada através dos cursos pagos, EaD, Fundações etc., além de um trabalho decisivo para que a unificação com os trabalhadores seja real e não apenas proclamatória.

As negociações devem estar subordinadas ao movimento e não o contrário. Os números necessários de contratação de professores

passam dos 1.500 e para o quadro de funcionários são necessárias mais de 3.000 contratações. O restabelecimento das bolsas de permanência e da moradia estudantil (devolução dos blocos K e L, manutenção das vagas do bloco D, que está em reforma e ampliação de vagas), devem ser colocadas como ponto de partida para reuniões com a burocracia.

A luta na USP começa a ganhar apoio externo com a greve estudantil decretada na Unicamp no dia 3, outras universidades estão realizando uma mobilização embrionária. Certamente a ampliação desse movimento para além da USP fortalecerá a luta em seu interior.



LANÇAMENTO FOLHETO

Juventude e Revolução

Textos de Trotsky e da Quarta Internacional sobre a organização revolucionária da juventude

Adquira com um distribuidor do Jornal Massas por apenas: **R\$ 5,00**

POR **MASSAS**

Greve na Unicamp

Estudantes da Unicamp decretaram greve no dia 3 de outubro. Assim como na USP, as reivindicações principais são pela contratação de professores e permanência estudantil. Além da expulsão do professor Rafael Leão, um fascistóide que atacou os estudantes com faca e spray de pimenta nesse dia, durante um piquete de greve.

De conjunto, as universidades públicas brasileiras passam por um processo de sucateamento e privatização. Não podendo recorrer à privatização direta, as reitorias, aliadas aos governos, atuam em diversas frentes para garantir os interesses do capital: EaD, cursos pagos, Fundações, terceirização de diversos serviços, venda de espaço público para instalação de empresas etc.

A luta na Unicamp estabeleceu um marco: o combate na USP não é localizado. A tarefa agora é mobilizar o movimento estudantil de todo o país para conquistar as reivindicações. Na UFRN existe uma luta contra a terceirização, na UECE, uma luta por mais professores, no PR uma luta contra a Lei Geral das Universidades, do reacionário Ratinho Jr. etc. É preciso generalizar e unificar esses movimentos.

A Corrente Proletária Estudantil/POR trabalha pela vitória do movimento na Unicamp, defendendo a unidade dos professores e demais funcionários para impor as reivindicações com os métodos próprios dos trabalhadores.

Entrevista para o canal Mesa de Debates, realizada em 02/10

Mesa de Debates:

Eu estou aqui com um estudante da Corrente Proletária Estudantil do POR. Estudante de Publicidade aqui na USP. Eu queria saber, primeiro, que balanço vocês estão fazendo desse processo de lutas da USP até agora, das pautas reivindicadas. Além desse balanço, eu queria saber também qual o caminho de luta que vocês veem para conseguir essas reivindicações e também avançar na luta estudantil, quem sabe para fora da Universidade, da pauta da educação?

Militante do POR:

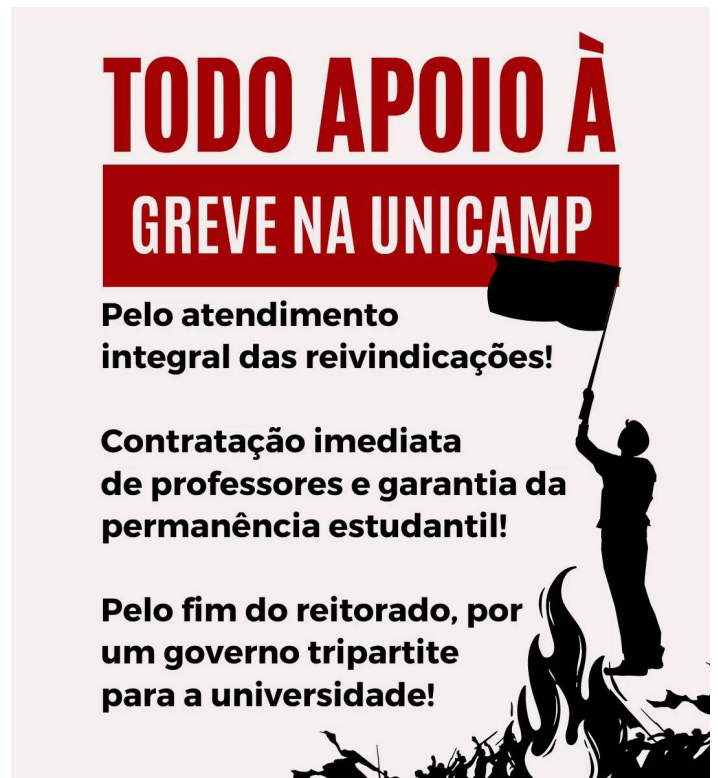
Bom, a reitoria começou tentando usar a polícia contra o movimento e isso só ajudou o movimento a crescer. Depois disso, a reitoria passou às manobras e às falsificações, por exemplo, como aconteceu na entrevista do reitor ao Estadão e, mais recentemente, a carta aberta dos diretores das faculdades. A reitoria, então, diz estar negociando com os estudantes, porém, o que ela está fazendo na verdade é sabotar e tentar acabar com a greve.

Resumo do Boletim da Corrente Proletária Estudantil

O boletim da Corrente Proletária Estudantil de outubro está expressando as lutas crescentes no movimento estudantil universitário do país, fruto dos ataques à educação, que por sua vez são reflexos da decomposição capitalista em geral.

A Política Operária traz a nota sobre as greves na USP e na Unicamp, duas das maiores universidades do país. São greves por contratação de professores e por permanência estudantil, mas que refletem no fundo a luta contra a precarização e privatização das universidades públicas. Nesse sentido, as notas sobre a Universidade Estadual do Ceará, a nota do Paraná e do Rio Grande do Norte, expressam essa mesma tendência de luta, combatendo a precarização, o controle dos governos e, no caso do RN, indicando o caminho da luta contra as terceirizações na UFRN, uma forma de privatização.

Complementar a esse problema, são as tendências reacionárias que se gestam no interior da sociedade, fruto da decomposição capitalista e avanço da barbárie. Assim, o boletim vai responder a uma ameaça que circulou na Universidade Federal Fluminense



**TODO APOIO À
GREVE NA UNICAMP**

**Pelo atendimento
integral das reivindicações!**

**Contratação imediata
de professores e garantia da
permanência estudantil!**

**Pelo fim do reitorado, por
um governo tripartite
para a universidade!**

Diante disso, a Corrente Proletária Estudantil, do Partido Operário Revolucionário, defende duas ideias principais nesse momento, que inclusive se encontram no boletim que estamos distribuindo. A primeira delas é preparar para radicalizar nos métodos de luta: as ocupações, os trancaços nos portões, os fechamentos de vias, e assim por diante. O segundo ponto principal é buscar uma unidade de fato com os professores e demais trabalhadores da universidade. Propomos, nesta Assembleia, que se tire uma comissão para ir conversar com os Sintusp e também com a Adusp, para que possamos chamar uma Assembleia Geral Universitária. Isso certamente vai mostrar a força do movimento para a reitoria.

Diante disso, o partido defende algumas bandeiras principais neste momento. Uma delas é combater todas as formas de privatizações da Universidade: o EAD, as Fundações, os cursos pagos, e assim por diante. Também combater o autoritarismo e as falsificações da reitoria, com a radicalização dos métodos de luta. Por último, defendemos a unidade real na luta entre os estudantes, funcionários e os professores.

(UFF) e a agressão de um professor na Unicamp, durante um piquete de greve.

Por fim, o boletim da CPE faz a denúncia do acordo firmado entre o governo Lula e a ONG do bilionário Paulo Lemann, mantendo a tradição dos governos petistas de se vincular com os mais diferentes setores do capital para decidir sobre a política educacional do país. Tais acordos “procuram generalizar o EaD e as plataformas digitais na educação básica.” A nota conclui chamando “A juventude secundarista e universitária e todos os que defendem a educação pública” a “se erguer para conquistar a revogação total do Novo Ensino Médio e erguer uma forte campanha pela expropriação de toda a rede privada de ensino e todos aqueles que lucram com o EaD. É preciso lutar por um sistema único de ensino, totalmente público, gratuito, presencial, científico, vinculado à produção social e controlado pelos que estudam e trabalham.”

O boletim conclui com um **Viva à Revolução Russa de 1917**, que neste mês completa 106 anos.



NOSSA CLASSE

Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XIX - Setembro de 2023

 (11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com | pormassas.org

@massas.por | anchor.fm/por-massas



Boletim Nossa Classe – Pernambuco

Metroviários chama à luta contra as privatizações!

No dia 29 de setembro, o Boletim Nossa Classe esteve presente no Centro de Manutenção de Cavaleiro, onde se concentram os metroviários mais proletarizados. A panfletagem teve ótima recepção pelos trabalhadores e adesão da categoria para distribuir em outros turnos. O Boletim trouxe a campanha em defesa das empresas estatais, contra as privatizações e pela reestatização com controle operário. Publicamos trechos e sínteses do Boletim:

As lutas contra as privatizações têm marcado o ano de 2023. Os metroviários de Belo Horizonte (BH) seguiram com mobilizações e greves para impedir a conclusão da privatização iniciada por Bolsonaro (PL) e o governador Zema (Novo). Na sequência, os metroviários de Pernambuco se ergueram em uma greve para exigir que Lula retirasse a CBTU do Plano Nacional de Desestatização (PND). Infelizmente, a luta de BH ficou isolada e foi derrotada. E a greve de PE foi encerrada sem que a reivindicação principal fosse atendida.

Em SP, tem se levantado uma forte campanha unitária contra as privatizações dos trens, metrô e Sabesp, promovidas pelo governador Tarcísio (Republicanos). O Boletim Nossa Classe atua nos comitês e assembleias apoiando o plebiscito e explicando que apenas os métodos de ação direta, as greves, ocupações e bloqueios de avenidas e rodovias poderão levar à vitória contra os planos privatistas.

As centrais aprovaram para o dia 03 de outubro um dia nacional em defesa da soberania nacional e dos serviços públicos, data em que a Petrobras completa 70 anos. As privatizações atendem aos interesses imperialistas, seja para economizar recursos para pagar os juros da dívida pública, seja para o capital monopolista se apropriar das riquezas nacionais. O Boletim Nossa Classe defende a luta unitária contra todas as privatizações, pelo fim do Plano Nacional de Desestatização, e de todas as privatizações nos estados e municípios, e pela reestatização sob controle operário. Somente sob o controle coletivo dos trabalhadores é possível retirar as estatais das garras dos capitalistas.

Publicamos também o balanço da greve e os rumos da luta, expressando as principais avaliações de nosso encontro de 11 de setembro. Até o presidente do sindicato (do PCdoB) participou da atividade e ouviu dos próprios trabalhadores e de militantes poristas os seguintes pontos.

A importância da greve

A greve de 25 dias dos metroviários de Pernambuco teve uma enorme importância ao se chocar com a política privatista do governo Lula e Alckmin. As ilusões em Lula, alimentadas pelos sindicatos e centrais, se estilhaçaram diante da inflexibilidade do governo. Os metroviários sentem-se traídos. Teve trabalhador que afirmou “briguei com a família pra votar em Lula na época da elei-

ção, ele prometeu não privatizar o metrô e agora não honra com a palavra”. Os trabalhadores já analisam que o governo é inimigo, que não se pode confiar na “diplomacia”, mas só na força da luta coletiva da categoria em unidade com os demais trabalhadores.

Por que o governo Lula traiu a confiança dos trabalhadores?

Os metroviários tentaram de várias formas ser recebidos por Lula, até mesmo fizeram uma caravana até Brasília, mas o presidente não os recebeu. Por que tanta inflexibilidade do governo? Primeiro, é importante entender que a polarização nas eleições de outubro de 2022 não se deu entre patrões e trabalhadores, foi uma divisão dentro da própria burguesia. Uma ala minoritária ficou com Bolsonaro e outra se agrupou na frente ampla de Lula e Alckmin. Lula, como gerenciador dos negócios da burguesia, para governar, precisa se direitizar cada vez mais. Já aprovou as alianças nas próximas eleições municipais até com o PL, partido de Bolsonaro.

A direção do sindicato ainda repete que é preciso apoiar o governo contra o “fascismo”. Com base nesse discurso, inclusive usou recursos do sindicato para ajudar a eleger Lula. A conciliação de classes não serve para defender os direitos dos trabalhadores, as empresas estatais e nem as liberdades democráticas contra a ultradireita golpista. Somente com a luta de classes e independência perante o governo, os sindicatos e trabalhadores podem garantir os empregos, salários e direitos e proteger as empresas estatais.

Preparar os próximos combates: como impedir o isolamento das greves?

A derrota da greve de Pernambuco tem como antecedente o isolamento da greve de BH e o abandono dos sindicatos da PB, RN, AL e RJ em 2023, deixando PE sozinho. Além disso, era dever das centrais unificar os trabalhadores de todas as estatais: Petrobras, Correios, Banco do Brasil, Caixa, Eletrobrás etc. Unificar com os trabalhadores do setor público e privado, em defesa dos empregos, salários e direitos. Além de organizar a luta pelo direito irrestrito de greve. Os trabalhadores devem exigir que o sindicato e as centrais rompam com o governismo e organizem a luta, inclusive pelo direito irrestrito de greve.

Para ser forte, a greve precisa ser ativa

Não basta paralisar e ir para casa. É necessário espalhar o movimento nos bairros, avenidas e rodovias. Toda demonstração de “boa vontade” com suspensão da greve em dias de negociação são

**O Boletim Nossa Classe é elaborado e distribuído pelo Partido Operário Revolucionário (POR).
Só depende das contribuições da classe operária. Seu objetivo é organizar a luta dos explorados em defesa das suas condições de existência, pelo fim do capitalismo e construção da sociedade socialista.**

fortaleceu a inflexibilidade da empresa e do governo. A greve precisa ser forte e ativa, a assembleia precisa eleger o comando de greve. Essas são lições que a greve de agosto de 2023 deixa para os próximos combates.

Linha do PCdoB enfraqueceu o movimento da categoria

Os trabalhadores avaliaram que a linha política governista do PCdoB, que está na direção do Sindmetro, condenou o movimento ao fracasso. Uma demonstração disso foi que o governo nomeou um ex-dirigente sindical, do PCdoB, para ser gerente de Recursos Humanos da CBTU. O gerente, mandava áudios desmotivando a categoria. Nas falas de um metroviário: "A gente estava brigando contra o espelho". O balanço da linha política governista nos leva à necessidade de opor outra linha, classista, democrática e revolucionária. O objetivo do Boletim Nossa Classe é contribuir com a categoria para que seus setores mais avançados possam se aglutinar, fortalecer para mudar os rumos do sindicato.

Combater as divisões na categoria e o corporativismo

A greve evidenciou uma divisão antiga na categoria, entre os trabalhadores do "chão de fábrica" e os administrativos. Nota-se que o polo mais avançado politicamente são os trabalhadores da manutenção, que encarnam a defesa dos empregos e da empresa pública. Dentre os administrativos é mais fácil que se manifeste a linha corporativista, a busca de salvar apenas a própria pele por meio de um Acordo Coletivo Especial ou cláusulas no ACT. O Bo-

letim Nossa Classe alerta que a defesa da estabilidade para alguns é ilusória. Nossa força está na luta coletiva em defesa do metrô 100% estatal, sob o controle operário. Esse é o caminho para defender os empregos, salários e direitos.

A luta continua

É preciso debater o balanço da greve e se preparar para as próximas batalhas. O Boletim Nossa Classe propõe:

Que o sindicato convoque um comitê de lutas em defesa do metrô. Os comitês e fóruns criados até o momento viraram palco para o eleitoralismo. É necessário comitês democráticos para organizar a luta.

- Exigir do governo a liberação dos 4 bilhões necessários para reverter o sucateamento e expandir conforme as necessidades dos trabalhadores. É falso que o governo não tem dinheiro, são dados bilhões para as emendas parlamentares, uma fortuna para as montadoras, agronegócio e centenas de bilhões para o pagamento de juros da dívida pública aos banqueiros.

- Lutar contra a estadualização, que é o passo para a privatização.

- Defender o controle operário coletivo. São os trabalhadores que fazem o sistema funcionar.

- Não basta manter o sistema 100% estatal, tem que ter o controle operário. Pois o controle estatal cai na mão dos carreiristas e dos politiquinhos do Centrão.

Abaixo o Plano Nacional de Desestatização!

Rio Grande do Sul

Carris privatizada! É preciso lutar contra as privatizações e pela reestatização, sob o controle operário

A Companhia Carris Porto-Alegrense finalmente foi leiloada e, agora, está nas mãos dos capitalistas, os mesmos que controlam o transporte público de Viamão, conhecido como o pior da região metropolitana.

Com a entrega dessa última empresa pública de transporte de Porto Alegre, teremos 100% das linhas controladas pelos consórcios. Isso implicará no aumento da passagem e, sem dúvida, a precarização ainda maior do serviço.

O prefeito Sebastião Melo (PMDB) já havia conseguido retirar o direito ao meio-passe e a segunda passagem. Com o eventual aumento da passagem, os que mais sofrerão serão os desempregados e os estudantes, que já estão com dificuldades para frequentar a escola devido aos custos do transporte.

Os rodoviários, por sua vez, serão imediatamente afetados. Com a privatização da Companhia, perderão direitos elementares, ficarão sujeitos à ampliação da terceirização, além da demissão de quase metade do quadro de funcionários, que já estava prevista para quando a empresa fosse vendida.

O sindicato (STETPOA), dirigido pelo PCdoB, carrega a res-

ponsabilidade dessa derrota, acumulando traições às lutas dos rodoviários. Essa direção sindical aceitou passivamente o PDV (plano de demissão voluntária) e a imposição da dupla função aos motoristas, com a extinção do cargo de cobrador. Também contribuiu com a perseguição política aos rodoviários que ousam contestar aos ataques do governo e da burocracia sindical. Não tem servido para mobilizar e arrasta os trabalhadores para as ilusões eleitorais, desarticulando as iniciativas de lutas.

Mas os trabalhadores e os demais explorados não podem dar essa luta por perdida! É preciso erguer a resistência contra as privatizações e defender a reestatização das empresas que foram entregues, sob controle e gestão daqueles que nelas trabalham e dos usuários. Para isso, é necessário constituir comitês de luta nos locais de trabalho, nos bairros, nos locais de estudo, para organizar o combate à política privatista e de destruição das nossas condições de vida, que os governos burgueses municipais, estadual e federal nos impõem. Confiar na nossa própria organização e na nossa força, nenhuma ilusão nos politiquinhos, que desviam a luta pelas nossas reivindicações para as eleições fraudulentas da burguesia! Abaixo as privatizações, reestatizar sob controle operário!



São Paulo - Boletim Nossa Classe extraordinário distribuído na assembleia de 25 de setembro

Aos trabalhadores/as da Bridgestone

Companheiros, devemos rejeitar o lay-off e lutar pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salários.

A Bridgestone mais uma vez quer descarregar nas costas dos operários a crise econômica, causada pelos próprios capitalistas (patrões).

A história já mostrou que os acordos de PDV's e lay-off só interessa aos patrões. Com os PDV's, o patrão pressiona, faz todo tipo de terrorismo para o trabalhador pedir demissão. A indenização logo acaba e o companheiro fica na miséria, desempregado, sem poder manter sua família. Com o lay-off, o patrão suspende o contrato de trabalho, oferece pagar, no caso da Bridgestone, apenas 50% do salário, e retira direitos.

Na Argentina, os companheiros borracheiros conseguiram por meio da luta, com a greve unificada, derrotar o plano de demissão da Bridgestone. Aqui no Brasil devemos fazer o mesmo. O primeiro passo é rejeitar a proposta de lay-off da Bridgestone e unificar a luta em defesa dos empregos. Para isso o sindicato deve convocar uma assembleia geral com todos os trabalhadores borracheiros da Bridgestone, Pirelli e demais empresas para aprovar a greve unificada.

Sem esse instrumento de luta, que é a greve, a multinacional acabará impondo o lay-off. Sabemos que a greve é uma decisão coletiva. Por isso, deve ser tomada em uma assembleia. Não devemos esperar que as negociatas de gabinete entre a direção de nosso sindicato e o patrão vão ser favoráveis a nós. Já temos experiência de sobra para saber que sem a organização da greve virão demissões.

A luta não é só dos trabalhadores da Bridgestone. Os operários das três unidades da GM rejeitaram a proposta de PDV, e decidiram lutar para defender os empregos. É preciso exigir dos demais sindicatos que se coloquem a favor de nossa luta. Cada acordo de lay-off vem acompanhado de PDVs, dezenas ou centenas de postos de trabalho são destruídos.

Devemos exigir que as centrais sindicais convoquem um Dia Nacional de Luta, com manifestações e bloqueios, para defender os empregos, os salários e os direitos trabalhistas.

Frente as demissões, a classe operária deve aprovar a luta pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salários. Defender emprego a todos, aplicando a escala móvel das horas de trabalho – divisão das horas necessárias para produzir nacionalmente – entre todos os trabalhadores aptos ao trabalho. Sabemos que essa é uma luta dura, mas não temos como fugir dela. Se nos unirmos, ganhamos força para vencer.

Nenhuma demissão! Devemos defender os empregos, salários e direitos com a luta. A greve, as manifestações e nossa união vão nos dizer que novos passos de luta teremos de tomar. É na assembleia democrática, que nós trabalhadores podemos decidir qual o caminho a ser tomado.

Que o sindicato convoque imediatamente a assembleia!

Que a assembleia seja de fato democrática e soberana para avaliar e decidir pela greve!

Não às negociatas de gabinete entre o patrão e a direção sindical!

Não aos acordos de lay-off!

Unir os trabalhadores em defesa dos empregos, salários e direitos!

Que as centrais sindicais convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios!

Operários e operárias da Bridgestone, o Boletim Nossa Classe condena os acordos contrários aos trabalhadores e se coloca à disposição da luta unificada.

Nota do Boletim Nossa Classe

Sindicato dos borracheiros aprova acordo de lay-off da Bridgestone, sem apresentar nenhuma alternativa de luta para os trabalhadores

A assembleia foi realizada no dia 25 de setembro na sede do sindicato. A

Bridgestone vai colocar 1608 trabalhadores de lay-off, divididos em quatro turmas durante um ano. A direção fez tudo para aprovar a proposta da fábrica. O presidente do sindicato, Márcio Ferreira iniciou a assembleia falando da queda nas vendas e apresentando vários dados sobre a crise pela qual passa o setor da indústria de pneus, para colocar medo nos trabalhadores e justificar a proposta patronal. Como se não fosse um direito dos trabalhadores, Ferreira falou que o sindicato havia conseguido que a empresa pagasse para os trabalhadores que saíssem de lay-off, as férias, 13° e 14° salário, PLR, e vale-alimentação. Falou ainda que o lay-off é apenas uma medida paliativa, que se a crise continuar logo terão de negociar novas medidas.

Sabemos que logo após os lay-off's, vêm as demissões por meio dos PDV's e PDI's. Deixando claro que defende os interesses dos patrões, Ferreira declarou "precisamos nos esforçar para assegurar a competitividade da indústria da borracha nacional e, neste sentido já estamos mobilizando as nossas bases". Vejam que o dirigente já abandonou totalmente o lado e os interesses da clas-

se operária que ele e o sindicato devem defender. Ele já não fala que o sindicato deve defender os empregos, salários e direitos dos trabalhadores por meio da greve, da ação direta contra o ataque dos patrões. Agora, fala que vai mobilizar os trabalhadores para defender a competitividade da indústria da borracha, ou seja, os interesses dos patrões, que estão disputando o mercado, e cada um procurando aumentar a exploração da força de trabalho da classe operária.

O burocrata informou que as outras empresas do setor ligadas ao sindicato, como a Prometeon, Titan e Goodyear estavam só esperando a aprovação do lay-off na Bridgestone para fazerem a mesma proposta.

Depois de defender a proposta da fábrica, o dirigente, sem deixar nenhuma outra saída para os trabalhadores, concluiu dizendo que "a única saída para a crise é aceitar o lay-off". Dos mais de 3 mil trabalhadores da Bridgestone, na assembleia havia apenas cerca de 800. Durante a votação, Ferreira perguntou quem era a favor da proposta e somente uma pequena quantidade de trabalhadores levantou a mão. Ao perguntar quem era contrário, a mesma quantidade ou mais levantou a mão. Não ficou claro que proposta ha-

via vencido. A grande maioria dos trabalhadores não votou nem a favor, nem contra. Sem hesitar, e antes que algum operário pedisse para contar os votos ou questionasse o resultado da votação, o presidente do sindicato falou que a proposta havia sido aprovada e colocou fim a assembleia.

Uma coisa ficou bem clara: para lutar contra as demissões, os trabalhadores da Bridgestone devem se levantar contra a política patronal e as manobras burocráticas da direção do sindicato e exigir a convocação de uma assembleia geral, no pátio da fábrica, com todos os trabalhadores. Uma assembleia democrática, onde os trabalhadores possam se expressar e defender suas posições.

Paraíba - João Pessoa

Intervenção da Corrente Proletária no ato de 3 de outubro

O POR atuou com seus panfletos no ato de paralisação da capital paraibana, convocado pelo FONASEFE, no dia 3 de outubro. Este se realizou em frente ao prédio do Ministério da Fazenda. O ato contou apenas com algumas das direções sindicais locais – como CUT, MST, PSTU, SINTECT, ANDES-SN – e teve curtíssima duração, sem tomar a via pública. A burocracia sindical defendeu que devemos pressionar os parlamentares pela aprovação da LOA, que permitiria o reajuste das categorias representadas do funcionalismo federal.

É preciso mencionar que a seção paraibana do SINASEFE, o SINTEF-PB, não compareceu ao ato, tendo seu coordenador nacional e estadual David Lobão (PSOL) organizado um “ato”

O Boletim Nossa Classe defende que os operários exijam que o sindicato dos borracheiros organize a luta unificada dos trabalhadores da Bridgestone, Prometeon, Goodyer, Titan e demais empresas contra as demissões! Que o sindicato levante a palavra de ordem: Nenhuma demissão! Lutar pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salários. Emprego não se negocia, se defende com a greve, com a ocupação da fábrica e o controle operário da produção. Que as centrais sindicais convoquem um Dia Nacional de Luta, para defender emprego a todos, implantando a escala móvel das horas de trabalho, que significa a divisão das horas necessárias entre todos os trabalhadores aptos ao trabalho.

separado, dentro do campus do IFPB, com foco cultural e apresentação de maracatu. Na prática, o diretor do SINASEFE divide o movimento e não adere ao calendário nacional que diz apoiar.

A única forma do funcionalismo sair vitorioso em suas reivindicações é a organização de atos massivos, unidos com as demais categorias, com o movimento estudantil e populares, com reivindicações que unam toda a população. A CPE-POR atuou com manifesto defendendo a greve do funcionalismo e que os sindicatos e centrais convoquem um verdadeiro Dia Nacional de Luta, com bloqueios e paralisações.

Ceará

Ato contra a reforma administrativa foi esvaziado e burocratizado

No dia 03 de outubro, como parte do dia nacional de paralisação contra a PEC 32 da reforma administrativa, ocorreu o ato unificado das centrais sindicais na Praça da bandeira, em Fortaleza. Embora tenha contado com a participação da maioria dos sindicatos do serviço público, o ato foi esvaziado e reuniu basicamente a vanguarda do funcionalismo e alguns estudantes. Além da pouca ou nenhuma mobilização dos sindicatos, chamou a atenção o boicote realizado pelos sindicatos da educação: Apeoc e Sindiute. O primeiro ignorou o dia de paralisação. O segundo aderiu apenas formalmente, mas sem chamar a categoria a parar.

O resultado foi um ato de vanguarda que sequer marchou pelas ruas do centro e terminou se limitando a uma tribuna “livre” onde apenas a burocracia sindical pode falar.

A PEC 32 da Reforma Administrativa, criada ainda durante o governo Bolsonaro/Guedes, tem por finalidade liquidar o serviço público, avançar as privatizações, terceirizações e contratações de Organizações Sociais (OSs), a fim de entregar certos serviços nas mãos dos capitalistas (empresários e mercado financeiro) e reduzir o Estado. Uma vez que a reforma está voltada contra estados e municípios, embora o alvo imediato seja o funcionalismo federal, era obrigação das direções do magistério convocarem a categoria a paralisar.

Na tribuna, as falas da burocracia foram no sentido de proteger o governo burguês de Lula/Alckmin, isentando-o de toda

e qualquer responsabilidade pela atual crise, inclusive do arrocho representado pelo reajuste proposto de pouco mais de 1%, e responsabilizando o presidente da Câmara Artur Lira (PP) pela ofensiva sobre o funcionalismo. O POR interveio no ato com suas bandeiras, com o manifesto de defesa das greves da Sabesp/CPTM/Metrô e vendendo jornais.

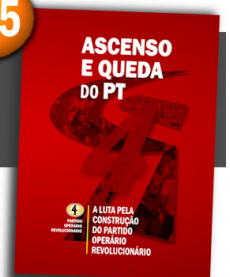
O balanço necessário deste dia nacional de paralisação é: o combate à arremetida burguesa sobre os serviços públicos só pode ser vitorioso se partir da unidade geral dos explorados em sua luta por empregos, salários, direitos, assim como pela revogação das contrarreformas, com independência de classe. O POR luta contra a traição das burocracias sindicais por este objetivo.

Adquira com o distribuidor: **R\$ 35**

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.



Rio de Janeiro

Por uma reposta proletária à violência reacionária

Na última semana, a Universidade Federal Fluminense (UFF) recebeu uma ameaça de massacre de viés supremacista. Durante a última segunda-feira, vários emails anônimos foram enviados para as secretarias dos cursos da universidade, onde o remetente dizia que promoveria um massacre no campus Gragoatá, direcionada principalmente aos alunos de esquerda, LGBTQ+ além de outros grupos.

Como resposta, a reitoria adotou uma postura de não permitir que a ameaça chegasse à comunidade acadêmica como um todo, com a justificativa de não causar pânico, ao mesmo tempo colocou policiamento na porta da universidade e contactou o ministério da Defesa para falar sobre o caso. A postura equivocada da reitoria de não divulgar amplamente a ameaça impediu que houvesse uma resposta coletiva dos estudantes, professores e funcionários. Mais ainda. Responder com o uso do policiamento do campus é se apoiar nos instrumentos repressivos do Estado. Certamente, isso

acaba se voltando contra a luta dos próprios estudantes, como vem ocorrendo na USP.

Os e-mails vazaram e os estudantes se encarregaram de divulgar amplamente a ameaça. No entanto, o movimento estudantil, ao não dar uma resposta própria com a convocação de uma assembleia, se subordinou à resposta policialesca da reitoria.

A Corrente Proletária/POR denuncia as ameaças de violência reacionária, mostra que são manifestações do capitalismo em decomposição, da barbárie social. E assinala que não há outra forma de combater a não ser organizando a luta dos trabalhadores e da juventude, com os seus próprios métodos, que são as greves, ocupações, bloqueios, manifestações de rua. Defende que as direções estudantis convoquem as assembleias e se coloquem por uma assembleia geral universitária (estudantes, professores e funcionários) para aprovar o combate a todas as ameaças fascistas à universidade.

São Paulo

Boletim da Corrente Proletária para a reunião de representantes de escolas

A nota central faz o seguinte chamado: “Trabalhadores da Sabesp, Metrô, CPTM e estudantes da USP mostram o caminho da luta. Um só movimento grevista contra as privatizações”. A nota mostra que o plebiscito é uma alavanca para potencializar as mobilizações e a greve unitária contra a política de Tarcísio, que é a de entregar as empresas estatais aos capitalistas nacionais e estrangeiros. Que os estudantes foram à greve para exigir a contratação de professores, funcionários e melhores condições de permanência na universidade. Conclui denunciando a política da direção da Apeoesp, que separou os professores do movimento contra as privatizações e da luta dos estudantes da USP, marcando assembleia somente para 20 de outubro.

A nota seguinte critica o silêncio de Lula diante das privatizações de Tarcísio. E exige a retomada da luta pela revogação do Novo Ensino Médio; a Reforma Trabalhista e a Lei da Terceirização. Assinala a submissão da direção da Apeoesp ao governo burguês de Lula. E defende que os professores aprovelem que os sindicatos e centrais organizem um Dia Nacional de Luta, com

greve e manifestações de rua, contra as privatizações, em defesa da educação pública em todos os níveis, dos empregos e salários.

A última nota assinala a importância do trabalho junto às escolas para que no dia 20 de outubro ocorra uma grande paralisação da educação. Eis: *Apesar desse erro político da direção da Apeoesp, a assembleia do dia 20 foi convocada. A tarefa, agora, é unificar os professores (contratados e efetivos), para que haja uma paralisação e uma assembleia gigantesca. Quebrar os obstáculos sobre a Categoria O é fundamental. O que significa superar as ameaças que são descarregadas sobre esse enorme setor da categoria. E a forma está na unidade, que inicia no interior das escolas. Não se trata de uma assembleia de filiados do sindicato, mas de todo o professorado. As reuniões de Representantes de Escolas (REs), que se realizam no dia 7 de outubro, têm esse dever a ser cumprido.*

São Paulo - ABC

Assembleia convocada pelo CRS termina com Ato na Reitoria

O Conselho de Representantes Sindicais (CRS) do SinTUFABC convocou a 7ª Assembleia Extraordinária de 2023 para o Dia Nacional em Defesa dos Serviços Públicos, de 03/10. A assembleia, que reuniu cerca de 40 trabalhadores de forma híbrida, abordou a Plenária Nacional Geral da FASUBRA que teve como pauta a Reestruturação da Carreira; a Campanha Salarial; e o direito de greve. O primeiro ponto concentrou as polêmicas, tendo em vista a atuação da delegação eleita na 6ª Assembleia do SinTUFABC à Plenária da FASUBRA.

Denunciou-se a conduta difamatória e intimidatória do delegado do Coletivo Travessia (Resistência/PSOL) que, dentre outras ações, filmou a delegada da minoria votando contra a mudança imediata da matriz hierárquica do plano de carreira da categoria e divulgou que ela votou contra a reestruturação da carreira. Denunciou-se, principalmente, a irresponsabilidade da frente gover-

nista que fez com que a 6ª Assembleia votasse a centralização do voto de todos os delegados a favor da IATAE/gratificação e, na Plenária, abdicaram da proposta e votaram na posição contrária, de não propor gratificação ao governo, defendida na assembleia pela chapa da minoria do SinTUFABC. O delegado do TnL tentou justificar afirmando que a IATAE foi aprovada por 90% da base (não se sabe onde!) e que diante da ausência de unidade fizeram um acordo com as demais forças políticas na FASUBRA, para não propor gratificação ao governo e, se o governo propor, levar a discussão à base e à plenária. O que não passa de uma manobra.

O militante da Corrente Proletária/POR expôs que o Travessia/TnL abdicou de votar a IATAE de forma oportunista ao identificar que perderiam a votação, mesmo com o método burocrático de centralizar o voto em algumas bases. Também expôs que, apesar das diferenças nas propostas, os governistas estão unidos contra

a mobilização, pois votaram contra o calendário de mobilização proposto pelos lutadores na Plenária e que, a despeito da divergência com relação ao indicativo de greve à segunda quinzena de outubro, não propuseram outro, sendo que na Plenária de Julho votaram contra a paralisação no dia da reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente, que depois acabou sendo chamada pelo FONASEFE em função do adiamento da reunião do dia 04/08 para o dia 10/08 por parte do governo.

Colocou-se que, apesar de hoje haver uma proposta oficial à reestruturação, haverá morosidade no processo. Na primeira reunião da mesa específica dos TAEs, o governo afirmou que só dará devolutiva após tomar ciência das propostas das dez mesas/carreiras específicas. A previsão é que a cada semana o governo se reúna em uma mesa e que cada mesa tenha dez reuniões.

O militante da Corrente Proletária afirmou que se tivermos a reposição integral, continuaremos sendo a carreira com a menor remuneração do funcionalismo federal, e para lutarmos precisamos do direito de greve, pois a exigência de compensação das horas de trabalho por parte da Reitoria ataca o direito de greve na medida em que considera a mobilização como uma atividade pessoal, fora do horário de trabalho. O ativista do TnL reforçou sua concepção corporativista afirmando que não se pode misturar

os assuntos, pois a Campanha Salarial é pauta do SINASEFE e a reestruturação da carreira é pauta da FASUBRA.

Como encaminhamento, chegou-se a propor a convocação imediata de uma nova assembleia, visto que a presidência das assembleias anteriores se comprometeu a convocar assembleias e não o fez. O que gerou indignação de ativistas próximos da majoritária que disseram estranhar uma assembleia extraordinária convocar outra assembleia extraordinária; que a convocação mostraria a inatividade da direção; e que muita assembleia é ruim à saúde mental de quem organiza e cansativo para quem “assiste”. Responde-se que mobilizar é também fazer assembleias recorrentes. Aprovou-se por unanimidade o estado de mobilização permanente envolvendo um ato na Reitoria, imediato após a assembleia, e um calendário de mobilização, a ser organizado pela Coordenação Executiva junto ao CRS, incluindo panfletagem nos dois campi e nova assembleia.

O ato na Reitoria foi realizado com a presença de cerca 15 trabalhadores, quando se anunciou a aprovação do estado de mobilização permanente em torno da pauta nacional e da pauta local, no caso pelo fim da exigência de compensação de horas em função de paralisações e greve com base na autonomia universitária.

São Paulo - ABC

Discussão da Corrente Proletária sobre o feminismo

No final de setembro, discutimos o texto “UFABC: Jornada de Luta dos Servidores Federais”, publicado na edição 697 no Jornal Massas, com uma dirigente sindical do SinTUFABC. Após a leitura do texto, a dirigente mostrou discordância quanto à crítica ao feminismo. Segundo ela, apesar da origem liberal, o feminismo mudou. Explicamos que não se trata de um problema de cronologia, mas da raiz de classe do feminismo.

Pela sua natureza liberal assentada no indivíduo, o movimento feminista oculta a raiz de classe da opressão sobre a mulher e concebe a opressão sobre a mulher como uma opressão de gênero, ou seja, uma opressão do homem sobre a mulher, de modo que levanta a necessidade de constituir um movimento próprio das mulheres contra o machismo, que propõe políticas públicas, ações educacionais e punitivas para superá-lo. Ao contrário, com base no socialismo científico, ou seja, na ciência do proletariado, os marxistas compreendem a opressão sobre a mulher como uma expressão da exploração do trabalho, isto é, da opressão de classe, de forma que a superação da opressão sobre a mulher tem como condição incontornável a eliminação da célula familiar burguesa, da propriedade privada dos meios de produção e do Estado. Como se vê, existe uma relação direta entre a compreensão da opressão e a resposta política a ela.

Colocou-se, então, que mesmo com a mudança do modo de produção, a opressão sobre a mulher não desaparece imediatamente, existe ainda como um resquício da ideologia capitalista que precisa ser combatida, para ser superado sobre o marco das novas relações sociais. O socialismo, que é fruto da revolução proletária, permite avançar na superação das opressões na medida em que elimina as bases materiais da opressão e estabelece a planificação da economia para garantir trabalho,

educação e saúde para todos, socializando os meios de produção e as tarefas domésticas. Não acaba automaticamente com o fenômeno ideológico da opressão, mas elimina suas bases materiais. No percurso da revolução permanente e, portanto, da edificação da sociedade comunista, certamente se eliminará a exploração do trabalho e as manifestações da opressão de classe.

Por fim, a ativista afirmou: concordo, mas o que fazer se só vai mudar com a transformação do modo de produção? Ora, trata-se justamente de intervir diuturnamente nos movimentos, inclusive no movimento sindical e de mulheres, com a política proletária, em defesa das reivindicações que respondem à situação concreta da opressão. As mulheres são discriminadas em vários aspectos. Toda reivindicação que combata a discriminação deve ser desenvolvida por meio da organização e dos métodos de luta de classe. A discriminação salarial e a dupla jornada sacrificam as mulheres trabalhadoras. Nesse mesmo sentido, é de grande importância a defesa da maternidade. Os assassinatos sofridos pelas mulheres e os estupros indicam o grau de opressão de classe, que se manifesta na forma de discriminação social e de violência. A negação do direito ao aborto evidencia a opressão ideológica da religião sobre os trabalhadores em geral e a mulher em particular. Esse conjunto de reivindicações somente pode ser defendido consequentemente se estiver sob a estratégia da revolução proletária e da transformação do modo de produção capitalista. Só os comunistas levantam a necessidade da revolução proletária. As feministas “combatem” a opressão nos limites da propriedade privada dos meios de produção, limitando-se à defesa de reivindicações assimiláveis pela burguesia.

REPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da opressão social. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



São Paulo

Constituir os comitês de luta em defesa dos serviços públicos

No dia 28 de setembro, foi aprovado pelo comitê centralizado na subseção da Apeoesp de Franco da Rocha realizar uma agitação e propaganda do plebiscito contra as privatizações das linhas da CPTM, Metrô, SABESP e Porto de Santos, na estação de trem. Mas esse comitê cancelou em cima da hora a atividade. A militância do Partido Operário Revolucionário esteve no local e aproveitou para divulgar o manifesto do partido, chamando os trabalhadores a apoiarem o movimento contra a privatização. Na agitação, a militância mostrou que não se trata de um problema somente de São Paulo, mas de uma política geral dos governantes de privatizar o transporte sobre trilhos.

As privatizações para os trabalhadores significam tarifas mais altas e serviços mais precários. Para os empresários, a privatização de estatais é mais uma fonte de lucros. Em Francisco

Morato quase todos os serviços públicos foram privatizados ou concedidos por meio das Parceiras Público-Privadas, como o cemitério, o transporte público que é monopolizado por uma empresa privada que aos poucos está extinguindo os cobradores, a coleta de lixo etc.

Está aí por que é preciso de uma luta unitária em defesa dos serviços públicos. O plebiscito tem sido importante para divulgar a campanha contra as privatizações junto à população pobre. Mas é preciso dar um passo à frente, organizando os vários setores do funcionalismo e a população que depende desses serviços para preparar um poderoso movimento de rua. Nesse sentido, a construção e o fortalecimento dos Comitês de Luta nos bairros é de extrema importância.

Rondônia

Declaração aos companheiros(as) sobre as eleições do nosso sindicato

Nós da Corrente Proletária da Educação - CPE/POR, sabemos que é do conhecimento de todos que está se aproximando as eleições para direção do nosso sindicato, que acontecerá em novembro. Esse é um momento muito importante para todos os filiados/as escolherem quem dirigirá o sindicato nos próximos três anos.

A CPE/POR defende que o método para formação de chapas seja através de plenárias, amplamente convocada nas escolas. De forma que os filiados possam participar. Uma chapa classista tem de estar vinculada aos trabalhadores, que devem eleger a nova direção com total clareza política. Defendemos uma política classista, portanto que seja independente dos partidos eleitoreiros e dos governos capitalistas. O sindicato precisa de uma direção que não esteja atrelada aos políticos carreiristas.

Discordamos dos métodos utilizados atualmente pelo estatuto do sindicato e acatado pela maioria dos filiados para a composição das chapas. O método de organização destas chapas ocorre por meio de reuniões com pessoas que de antemão propõem indicar o nome para o cargo burocrático do sindicato que lhes interessa, sem ser discutidos pela base.

Diante da enorme burocratização de nosso sindicato e da direção carreirista, é importante a formação de um movimento de oposição classista. Para isso, a CPE/POR defende a convocação de uma plenária amplamente divulgada. Eis por que estamos tornando público que não faremos composição com nenhum dos grupos pelo fato da proposição de organização das chapas se distanciarem da política classista, da democracia operária, e acontecer à margem da politização e participação massiva da base sindical.

Sabemos que é importante construir uma oposição combativa. As dificuldades são grandes, mas temos de enfrentá-las. A CPE/POR tem participado e organizado as lutas. Mas, ainda não chegamos ao ponto de organizar uma chapa própria. Estamos dispostos a trabalhar por uma plenária, para viabilizar a formação de uma direção opositora, que de fato se expresse por um programa de reivindicações, pela democracia sindical e pela organização independente dos trabalhadores diante da política patronal, do Estado e dos partidos burgueses.

A CPE/POR chama os trabalhadores da educação a apoiar nossa campanha pela formação de uma chapa de oposição a ser discutida e formada em uma plenária.

Rondônia

Posição da Corrente Proletária nas eleições do SINTERO

O processo eleitoral do Sintero se iniciou, e nós da Corrente Proletária na Educação - CPE/POR, tornamos público aos trabalhadores em educação do Sintero acerca do processo de construção das eleições, de inscrição de chapas e de organização para o próximo período.

Primeiro, criticamos sobre o método que é utilizado na organização das chapas, que permanece o mesmo de longa data, alheio ao método de luta classista. Isso porque não é constituído por plenárias organizadas, para que se aprovasse o programa e fossem escolhidos os componentes de uma chapa classista. Esse método seria posto de pé se os trabalhadores tivessem o direito de escolher aqueles filiados que estivessem à altura

de uma luta classista independente em relação aos governos, e estivesse de fato voltados aos compromissos de enfrentamento com os patrões.

Segundo, nós como corrente política atuante no Sintero e no movimento geral dos explorados, tentamos organizar plenárias, porém não foi possível dentre muitos problemas, entre eles as nossas próprias dificuldades de organização e a pouca politização dos trabalhadores. Acrescentamos que é crucial o fato do estatuto do sindicato ser por demais burocratizado em suas cláusulas, de forma que mantém por mais de trinta anos o mesmo grupo político, que está vinculado à política eleitoral e subordinado às instituições do Estado burguês.

A direção da entidade é majoritariamente do PT, e, por isso, os membros que comandam o sindicato mudam apenas alguns membros de lugar na famosa dança das cadeiras que acontecem de quando em quando. Temos combatido no decorrer da nossa militância no sindicato a burocratização e o aparelhamento do Sintero pela política de colaboração de classe. Nas eleições desse ano, se repetem os mesmos erros.

Terceiro, no decorrer de todo esse tempo em que militamos no sindicato, temos chamado o voto nulo, não por princípio, mas por entender que esses grupos que se revezam a cada época de eleição, de forma repetitiva, ganham as eleições e reproduzem a burocratização e a anulação do sindicato como instrumento de organização, luta e politização dos trabalhadores. E por discordarmos dos métodos burocráticos utilizados para obter migalhas e na maioria das vezes utilizados para quebrada a disposição de luta dos combatentes, culpabilizando aqueles que não estão no movimento, em vez de mobilizá-los por meio da organização e da politização.

Quarto, as direções que se revezam há anos vêm aplicando a política de colaboração de classe dentro e fora do sindicato. Com isso, muitos trabalhadores de educação têm se desfilia- dos, por não acreditarem na condução política da luta que se choca com os patrões, que, em nosso caso, são os governos e prefeitos. E, por vezes, os filiados fazem críticas e são hostiliza- dos por essas direções burocratizadas e autoritárias.

Quinto, nas eleições desse ano estão concorrendo duas cha- pas: a chapa 1 que faz oposição aos atuais dirigentes, a chapa 2 da situação. A chapa 1 é formada por professores filiados que nunca fizeram parte da direção do Sintero, muitos são com- panheiros valiosos de lutas. Estão compondo por discordarem dos encaminhamentos que as atuais direções têm feito com os movimentos de enfrentamento com os patrões. Nós da CPE/ POR estivemos próximo desse grupo com a possibilidade de integrar ou apoiar a chapa de oposição, por meio do voto crí- tico. Tivemos de mudar de posição quando constatamos que estão na chapa membros que estiveram ou estão vinculados à política da ultradireita, sendo que um deles chegou a ter li- gação com o governo de Raupp. Essa constatação é o motivo pelo qual a CPE/POR chama os trabalhadores a votarem nulo e a apoiarem a constituição de uma oposição classista. Temos consciência de que é preciso distinguir o sindicato de sua di- reção. Os trabalhadores têm a obrigação de fortalecer o sindi- cato lutando para que em sua direção esteja a política classista e combativa. É preciso voltar à filiação, aumentando a nossa capacidade de reconstituir a democracia sindical e de controlar coletivamente a direção eleita.

Nem Capa 1, Nem Capa 2, nestas eleições do Sintero, Voto Nulo em defesa construção de um sindicato classista e inde- pendente. Todo apoio à CPE/POR e à organização de uma ope- sição classista e revolucionária!

POR realiza segunda atividade de formação no Quilombo de Paratibe: segue a construção do partido no estado da Paraíba

No sábado, 30 de setembro, aconteceu a segunda atividade de formação no estado da Paraíba, mais especificamente no Quilombo de Paratibe, localizado na periferia da capital paraibana. Realizada no mesmo local da atividade anterior, em parceria com a liderança do movimento quilombola local, o tema nacional deu continuidade à importância da luta pela terra e das comunidades indígenas e quilombolas, tratando principalmente de como se organizar para reagir e se proteger diante do recente assassinato de Mãe Bernadete, liderança quilombola da região metropolitana de Salvador, capital da Bahia. A presença da liderança local foi fundamental para o desenvolvimento do tema, partindo da sua experiência e do grupo que lidera, que já sofreu ameaças, foi possível tratar como as organizações do Estado burguês – como MPF e a polícia – não protegem as lideranças, e os motivos pelos quais a burguesia tem avançado agressivamente diante de tais territórios. Toda a discussão partiu do relato da liderança local, seguida de uma síntese de informações feita por um militante porista. O relatório da Comissão Pastoral da Terra tem evidenciado como os conflitos no campo têm se dado, prioritariamente, pela ofensiva do poder econômico para se apossar de riquezas e terras de territórios protegidos, como reservas ambientais, territórios indígenas e quilombolas. O que também se deve ao arrefecimento das lutas camponesas, desde os primeiros governos do PT.

O caso da Bahia tem grande importância por ser governado há 17 anos pelo PT. Os quilombos do estado são violentados de várias maneiras, enquanto o PT governa para os capitalistas, seja de mineradoras, empreendimentos turísticos, industriais, etc. Mãe Bernadete vivia jurada de morte e mesmo estando sob “proteção”, os assassinos puderam entrar em seu território, desfechos 12 tiros no rosto, e outros 12 no corpo, em frente aos filhos e netos. O crime

ocorreu 7 anos após seu filho, Binho do Quilombo, ser executado da mesma maneira. Binho estava à frente da luta contra uma empresa que prometia transformar resíduos (lixo) em energia limpa. Os próprios filhos sobreviventes de mãe Bernadete denunciam que é um crime da burguesia. Explicamos por que o POR defende os tribunais populares. Afinal, a justiça burguesa não é capaz de punir os crimes de sua própria classe. Os tribunais populares são parte da conquista da independência política e organizativa dos explorados e se liga à estratégia própria de poder, o governo ope- rário e camponês, fruto da revolução proletária.

Foi possível perceber a ligação entre a tarefa dos quilombolas com a revolução social, a partir da aliança com o proletariado, que realizará as tarefas democráticas pendentes e, assim, garantirá ter- ra, e autodeterminação aos povos indígenas.

A segunda parte da formação tratou dos 50 anos do golpe fas- cista no Chile, fazendo um balanço do período do governo Allende e como o reformismo foi incapaz de resolver os problemas e abriu passagem para o golpe de Pinochet, um dos mais violentos da América Latina. Esse momento, foi baseado no texto “Nascimento, apogeu e queda da Unidade Popular”, do jornal Massas especial publicado em 2013. Foi feita a indicação de assistir ao documentá- rio A Batalha do Chile, que registra os acontecimentos da época e mostra o ascenso das massas operárias, a criação de organismos de dualidade de poderes (cordões industriais) e o bloqueio exerci- do pela burocracia sindical do Partido Comunista Chileno e o go- verno frentepopulista da Unidade Popular. A leitura coletiva por pontos foi rica e permitiu aos presentes dirimirem suas dúvidas e refletirem sobre a experiência chilena e seus ensinamentos diante da realidade atual do reformismo no Brasil e na América Latina como um todo.

A avaliação da atividade foi muito positiva, pois, mesmo com menos participantes, todos os presentes se inscreveram para falas e leram os documentos coletivamente. A presença de uma liderança quilombola e as falas mostraram o caminho de rompimento com o reformismo e a necessidade de superar a crise de direção. Além de militantes do partido vindos de PE, RN e CE, a atividade também contou com a participação de alguns simpatizantes e con-

tatos. A resposta à violência aos povos quilombolas, assim como a superação das ilusões democráticas depende da construção do Partido Operário Revolucionário no estado da Paraíba e no país. Da mesma forma, a resolução dos problemas chilenos, depende da construção da seção chilena do CERQUI e da reconstrução do partido mundial da revolução, a IV Internacional.

Disputa violenta no VIII Congresso do PSOL evidencia rápido apodrecimento do reformismo pequeno-burguês

O PSOL realizou seu VIII Congresso em Brasília, entre os dias 29/09 e 01/10. O evento, que contou com 451 delegados, passaria despercebido para os trabalhadores, e inclusive para a vanguarda militante, se não fosse a surpreendente pancadaria com socos e empurrões no último dia, que chamou a atenção da imprensa burguesa. A expectativa de que acentuaria o predomínio das tendências mais à direita, assim como se manteria o apoio ao governo da frente ampla e o estabelecimento de diretrizes para as alianças em 2024 que contemplasse a aproximação com o empresariado, se realizou integralmente.

A chapa intitulada Psol de todas as lutas, montada por Boulos e sua tendência (Revolução Solidária), em aliança com Primavera Socialista (do dep. Ivan Valente/SP), Resistência e outros grupos, obteve 67% dos votos contra 33% da chapa minoritária e opositora, impulsionada pelo MES (Movimento Esquerda Socialista) e aliados. Com isso, não apenas a ala direita elegeu a nova presidente, Paula Coradi, em substituição a Juliano Medeiros, como manteve o controle férreo das finanças e uma esmagadora maioria no Diretório Nacional.

O episódio da agressão do dirigente do Revolução Solidária do Rio e assessor do deputado federal Pastor Henrique/RJ, Rafael Andrade, contra o dirigente do MES, Roberto Robaina, já tão amplamente narrado na imprensa, interessa na medida em que permite compreender os sintomas políticos da decomposição do reformismo.

As agressões físicas ocorreram em meio ao debate sobre a mudança no cálculo da proporcionalidade da direção nacional do PSOL e após denúncias da oposição sobre episódios similares ocorridos nos congressos estaduais, como o do Rio de Janeiro, com ataques realizados igualmente pelo grupo de Boulos. As correntes minoritárias têm dito que os métodos do grupo de Boulos implicam “coagir minorias com truculência” e preparar expulsões a

longo prazo. Mas, como explicar essa transformação do Psol, tido como um partido democrático, socialista, ético e oposto ao colaboracionismo senil do PT em seu completo oposto?

O Psol nasceu como uma costela do PT, com um programa reformista e exclusivamente sobre a base da pequena burguesia, de intelectuais; nunca se vinculou programaticamente à classe operária. Nestas condições, a putrefação da democracia burguesa não poderia poupar os psolistas. A lei da política de que toda corrente reformista, por mais radical que seja em seu palavreado anticapitalista e socialista, se transforma em pró-burguesa e burguesa se impôs. A brutalidade que chocou a muitos ingênuos, apenas revela a ferocidade com que as tendências direitistas (que foram se gestando com o tempo, à medida que o partido se adaptava às pressões da burguesia) se lançou a conquistar a hegemonia da máquina partidária.

As correntes que se reivindicam da esquerda do Psol, por sua vez, são incapazes de romper com o eleitoralismo e a estratégia de democratizar o Estado burguês. E, por isso, estão obrigadas a partilhar não apenas o mesmo partido com a ala direita, como também o mesmo objetivo de defesa do governo Lula/Alckmin, ainda que com discursos e argumentos distintos.

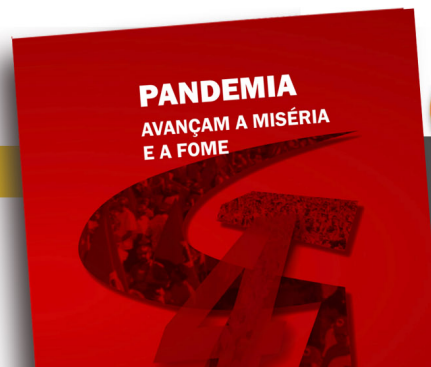
A tarefa dos trabalhadores e da vanguarda consciente é a de lutar pela derrota ideológica da burguesia e seus aliados reformistas no interior do proletariado e juventude oprimida. A superação da crise de direção obriga os marxistas a desmascararem as correntes que se reivindicam dos explorados, para melhor desenvolver sua política de conciliação com os exploradores. A lição fundamental que os ativistas conscientes devem extrair dos acontecimentos envolvendo o Congresso psolista é a de construir firmemente o partido marxista-leninista-trotskista no Brasil, como parte da reconstrução da IV Internacional.

Publicado o livro:

PANDEMIA

AVANÇAM A MISÉRIA E A FOME

“A classe operária, desorganizada e estilhaçada mundial e nacionalmente pela crise de direção, se sujeita à política pandêmica, que aterroriza as massas, com a campanha orquestrada internacionalmente pelo imperialismo, e executada nacionalmente pelos Estados. Sem o seu partido e sem uma vanguarda internacional com elevada consciência de classe, e capaz de desenvolver o programa da revolução proletária, os explorados ficam à mercê das respostas burguesas à crise econômica e pandêmica.



R\$40

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Nesta edição:

- **CERQUI:** 50 anos do golpe de Pinochet: Ato Político e lançamento internacional de livro
- **Chile:** 50 anos da instalação do governo de ditadura cívico-militar
- **Bolívia:** Guerra até a morte entre “evistas” e “arcistas”
- **EUA:** Republicano Kevin McCarthy é derrubado da presidência da Câmara dos EUA
- **Trotsky:** O colapso da Internacional

Artigos das Seções **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**



No jornal Massas anterior, publicamos o Manifesto do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional e a apresentação do livro “O golpe fascista e a inviabilidade da via pacífica ao socialismo”. Dando continuidade à campanha, editamos uma síntese das principais considerações feitas no ato-político “A 50 anos do golpe de Pinochet no Chile”. Reservamos também um posicionamento do POR do Chile, que consta do jornal Luta Operária, setembro de 2023.

50 anos do golpe de Pinochet: Ato Político e lançamento internacional de livro

Em 30 de setembro, foi realizado o Ato político do CERQUI “A 50 anos do golpe de Pinochet no Chile” e apresentação do livro “O golpe fascista e a inviabilidade da via pacífica ao socialismo”, publicado pelo POR argentino, seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional.

Durante o ato, dirigentes das seções do Comitê Enlace expuseram aspectos de um balanço político e histórico importantes de serem assimilados e incorporados ao Programa do Partido. Destacou-se a razão pela qual a comemoração se distingue das realizadas pela burguesia e pelas esquerdas pequeno-burguesas, pois é realizada desde a perspectiva da classe operária, a única que pode fazer um balanço programático da experiência chilena com o golpe comandado por Pinochet. Isso porque o processo chileno, interrompido pelo golpe fascista, levava a um levante generalizado e revolucionário das massas, que se chocou com o governo burguês de Frente Popular, mais empenhado em preservar a democracia burguesa do que avançar nas transformações econômicas. Foi neste contexto que o imperialismo promoveu o sangrento golpe de 11 de setembro de 1973, dando sequência à articulação já em curso desde início dos anos de 1970, que esmagou antes a experiência da Assembleia Popular na Bolívia e resultou na Operação Condor.

De início, o camarada da Argentina expôs os temas do livro “O golpe fascista e a inviabilidade da via pacífica ao socialismo” pontuando alguns aspectos como: “a política da unidade popular sob as direções reformistas, stalinistas; a luta das massas e como se desencadeou o golpe; as reflexões de Guillermo Lora, que viveu intensamente esse período porque estava no exílio no Chile e algumas considerações de Trotsky sobre a Frente Popular”. Destacou que o livro apresenta “uma quantidade de documentos elaborados pelos nossos camaradas do Chile, cuja importância é o de terem sido escritos durante o levante de 2019. Importan-

te porque aí se concentra um balanço do levante popular e como esse levantamento popular foi desviado, mostrando que as principais lições de 1973 não foram apreendidas pela vanguarda”.

Ao se referir à situação atual, o camarada argentino afirmou: “...que o estado pinochetista continua em pé, que a Constituição do Pinochet continua vigente e a que se está preparando é um espelho daquela Constituição”. Explicou que “o golpe estava sendo preparado desde antes de que Allende assumisse. Por que é importante indicar isto? Porque o que correspondia à esquerda e o que correspondia a esse governo era começar a preparar a resistência, confiar na mobilização na organização e no armamento popular para enfrentar a reação. Entretanto, a política da unidade popular, a política de Allende foi a de afirmar que não queremos violência, que não queremos provocar, que queremos respeitar nossos acordos, queremos garantir que pela via pacífica poderemos construir o socialismo. O governo de Allende desarmou política e organizativamente as massas, levando-as a confiarem nas instituições, nos militares Patriotas”.

Hoje, certos democratizantes de esquerda e parte da burguesia “denunciam” a barbaridade do golpe e “hipocritamente se levantam contra os perigos da direita, da ultradireita e do fascismo, mas, foram incapazes de castigar e de acertar as contas com o golpe fascista que provocou uma tragédia no Chile”. Por isso, a correta caracterização do governo da Unidade Popular é muito importante. Nesse sentido o camarada argentino foi claro: “Nós afirmamos que o governo da unidade popular foi um governo de Frente Popular, ou seja, um governo de aliança de partidos operários com partidos da burguesia e da pequena burguesia, com um programa burguês de respeito à grande propriedade privada dos meios de produção”, e que “esta não era uma política nova, nem sequer no Chile, porque, como afirmamos antes em 1938, com o governo de Aguirre Cerda, se

inaugurou a política de frente popular”. Concluindo que “não se fala deste assunto porque teriam de acertar as contas com os responsáveis deste crime político”.

“O processo da unidade popular e sua derrota, mas também os levantes e as insurgências de 2019, que foram desviadas, foram tiradas do seu curso para levá-la ao terreno legal constitucional e para que hoje estejamos vivendo uma profunda fraude, uma grande decepção. Finalmente, quero assinalar que a conclusão mais importante, como afirmamos, é que não existe nenhuma via pacífica ao socialismo, isto é uma impostura. O único caminho é o da revolução social”.

O representante do POR chileno iniciou a sua intervenção assinalando que “... a chamada via pacífica para o socialismo de Salvador Allende foi demagógica e uma falsificação. A reação burguesa no Chile e na América Latina, encabeçada pelo imperialismo norte-americano, há 50 anos esmagou a classe operária, que até hoje carrega e sente a mais importante derrota física, ideológica e intelectual”. Quanto às “novas autoridades”, surgidas dos levantes de 2019, tentam “... revitalizar as formas da democracia burguesa”, e que “Isso impede que possam oferecer qualquer tipo de solução aos graves problemas sociais e políticos que acontecem um após o outro, em síntese, continuam agindo como os velhos políticos utilizando inclusive sua assessoria, catalisando e aprofundando o problema da fome e da miséria”.

A “via pacífica ao socialismo que Salvador Allende propôs permitiu a derrota da classe operária nacional”. Ao contrário, é necessário reafirmar que a transição para socialismo “não pode ocorrer sob o regime da classe exploradora e opressora, muito menos mediante suas leis e instituições. A classe operária e os oprimidos, para vencer e emancipar-se, devem fazê-lo com seus próprios métodos de luta, com suas organizações de acordo com a sua consciência de classe, mudando sua vanguarda com a finalidade de construir o partido do proletariado”.

“As frentes populares criadas pelo stalinismo despojaram o proletariado dos instrumentos revolucionários, contribuindo com os planos do imperialismo norte-americano, planos que se iniciaram durante o governo de Eduardo Frei Montalva, como foi o plano CAMELOT, financiado pelo Departamento de Estado norte-americano, que consistia no estudo para determinar o potencial de uma guerra interna nas sociedades nacionais. Na América Latina, foi escolhido o Chile com o propósito de despojar o proletariado Chileno da ideologia marxista”.

E para indicar a continuidade da herança frente-populista do atual governo, o camarada do POR afirmou: “... o senhor Boric participou em 15 de novembro de 2019 do chamamento feito pelo presidente Pinheira e assinou o pacto social, convocando uma “constituente popular e dos povos originários”, cujo propósito era terminar com a rebelião popular”, quando o objetivo da rebeldia manifestada “era derrubar o governo responsável por 30 anos de misérias e entrega do país para o capital financeiro, que enterrou todo intento de industrialização do país, necessários para superar o atraso a miséria é a fome”.

Na sequência, o membro do POR boliviano e da direção do CERQUI também falou da importância de se assimilar a experiência de luta do movimento operário e popular chileno e a experiência da unidade popular, “porque foi um governo que se proclamou marxista, se proclamou da classe operária, um governo que se propôs a estabelecer o socialismo, mas num marco pacífico mediante a reforma das leis e pela via constitucional, parlamentar”.

Chamando a atenção para a circunstância que naquele período a situação era de ascenso das massas no plano internacional, e, ao comparar duas experiências, a chilena e a boliviana, destacou que, embora no Chile não existisse a autoridade do POR boliviano expressando a política da classe operária, na medida em que o processo avançou “as massas tenderam, no caso chileno, a ir mais além dos limites da Unidade Popular, ou seja, tendiam a acabar com a dominação capitalista”.

Foi devido a este ascenso revolucionário das massas que a contrarrevolução, encabeçada pelo imperialismo, concentrou suas forças para esmagar a insurgência, “... isto é precisamente o que mais para frente se concretizará no Plano Condor, que inicialmente era uma simples coordenação, mas, por iniciativa de Contreras, o chefe da DINA chilena, reunido com a CIA, convocou-se a primeira reunião em 1975 para dar uma operatividade mais concreta, franca e aberta à coordenação dos aparatos repressivos das ditaduras que vão se instalando”.

“Em todo o caso, a finalidade da operação Condor e os planos da reação imperialista, latino-americana e mundial, mais do que liquidar as correntes reformistas, estava voltada liquidar, mediante o esmagamento, as direções do movimento sindical, do movimento revolucionário, das massas que se atreveram questionar a ordem social estabelecida. E, no caso boliviano, isso foi absolutamente claro, era o movimento operário, encabeçado pelos mineiros que impulsionaram, como resposta à reação conservadora e direitista, a

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS

constituição da Assembleia Popular como órgão de poder operário”.

As massas operárias e camponesas caminhavam no sentido da revolução social e a Frente Popular caminhava no sentido de submeter essa marcha revolucionária das massas a um governo burguês de unidade popular. Aí está toda a demonstração bem clarinha que a via da democracia burguesa é a via de estrangulamento da classe operária. E a demonstração de como o fascismo se abriga na falência das democracias burguesas

“No caso chileno, esteve ausente essa direção revolucionária. Mas o impulso instintivo dos trabalhadores que constituíram os cordões industriais, que foram órgãos de poder, uma vez que se tratava de acordos entre sindicatos dos trabalhadores que controlavam a indústria, os moradores e as organizações populares, assinalando que de forma embrionária estavam criando órgãos de poder. Havia órgãos de poder que indicavam a perspectiva de que poderiam se transformar nos instrumentos de uma futura ditadura do proletariado, de um governo Operário e Camponês”. No caso boliviano, “esta perspectiva foi claramente indicada: o caminho não era o parlamento, as leis e, enfim, a democracia burguesa por onde se iria instalar o governo dos operários e camponeses, o caminho do socialismo. Havia que se preparar para a revolução, se preparar para a tomada do poder. No caso chileno, a influência do reformismo deformou, desviou, freou, confundiu, atrasou e, no final, concluiu desarmando as massas”.

O Plano Condor, consolidado de modo institucional em 1975, estava orientado principalmente a esmagar às ações subversivas das correntes foquistas que foram liquidadas e fracassaram estrepitosamente, mas que serviram de pretexto à reação para perseguir e assassinar as direções operárias, camponesas, estudantis e populares.

“A tragédia da insurgência latino-americana fica exposta nesta limitação: está ausente a direção revolucionária”. As derrotas das massas chilenas e bolivianas, assim como as de toda América Latina naquele período, “criaram os espaços para que se impusessem as políticas neoliberais de destruição do aparato produtivo estatal e todas as mazelas que já conhecemos. Mas isso não impediu que, após um tempo, as massas acumulassem descontentamento e tendessem a retomar o combate”. É o que se verificou desde os levantes de 2019, indicando que “os chilenos já não queriam saber de prosseguir sob a herança funesta que foi a ditadura pino-

chetista. A experiência da convulsão de 2019 está mostrando que só se pode sepultar o pinochetismo com a condição de que exista uma direção revolucionária, capaz de projetar a insurgência das massas para uma saída revolucionária”.

Por último, o camarada brasileiro do Comitê de Enlace iniciou afirmando: “Este ato político dos 50 anos está em choque com todas as comemorações burguesas, e a principal comemoração burguesa foi feita no Chile por Boric”. Indaga a seguir a que se devia o interesse da burguesia, ou de setores dela que se consideram distintos da ultradireita fascizante, em lembrar o golpe de 11 de setembro de 1973? Responde que é importante para esse setor “um balanço burguês de que Salvador Allende não representava um perigo para a democracia, essa foi a conclusão de setores da própria burguesia E que por isso o golpe não se justificava”.

“Ao contrário, este ato do Comitê de Enlace diz que esse golpe fascista resultou de uma grande traição, a que o camarada do POR boliviano se referiu como um crime político”.

“A traição consistiu em convencer as massas, os trabalhadores em geral e, em particular, a classe operária chilena que, por meio de um governo de colaboração de classes, seria possível resolver determinadas tarefas no Chile, que o programa da unidade popular pressupunha, como uma reforma agrária (...), como medidas de controle dos monopólios estrangeiros, das riquezas naturais chilenas, e portanto, pressupunha nacionalização de setores econômicos”.

“Como os camponeses ocupavam as terras, como os operários estabeleciam determinados controles em partes da economia, sobretudo na indústria, como se verificava uma tendência do proletariado e dos trabalhadores em geral a controlarem as bases econômicas do país, esse caminho que as massas percorriam estava em contradição, em choque, com o governo de colaboração de classes”.

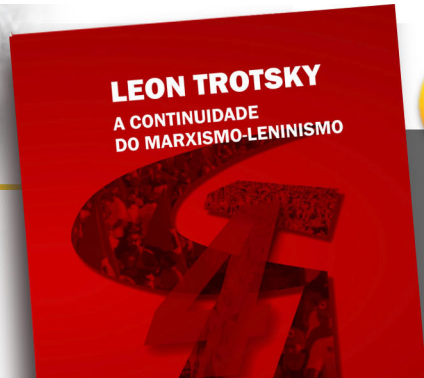
“O balanço que a burguesia procurou fazer desses 50 anos foi um balanço justamente para ocultar a traição, e como essa traição se realizou por meio da democracia burguesa”. “E, no Chile, se levou às últimas consequências um governo de colaboração de classes. O que se passou em um período que já havia um movimento contrarrevolucionário, impulsionado pelos Estados Unidos, para implantar as ditaduras”.

Publicado o livro:

LEON TROTSKY

A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

“Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.



R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR

Comparando com o golpe de Banzer na Bolívia, o camarado do POR brasileiro apontou que, embora também apresente traços fascizante, o do Chile “foi às últimas consequências, dado o desarme, o grande desarme político organizativo e ideológico da classe operária pelo Partido Comunista e pelo Partido Socialista”. “Então se tinha um programa com tarefas que são típicas de uma revolução democrática burguesa, tarefas essas que foram a base sobre as quais as massas seguiram a campanha da frente popular e deram a vitória ao governo da unidade popular, colocando Allende na presidência da república. Esse processo indicou um esgotamento das experiências com a democracia burguesa, porque nenhuma tarefa democrática nos países semicoloniais pode ser resolvida pela via da burguesia”. “Ou o proletariado derruba a burguesia para resolver as tarefas democráticas, e, portanto, como expressão da luta pela expropriação geral da burguesia por meio da revolução social, ou não tem como solucionar nenhuma das tarefas democráticas”

As lições que precisam ser tiradas dessa experiência, no entanto, dependem da constituição da vanguarda revolucionária e não se constituirá um partido revolucionário no Chile se não se for “às últimas consequências e se aproveitar a trágica experiência para transformá-la em programa. O programa da revolução no Chile está marcado pelo golpe de 1973. Aí está a importância desse livro que os camaradas argentinos decidiram publicar”.

“Então estes 50 anos, este ato político, tem de ser encarado como um esforço para aprender da história, assimilando

as mais duras experiências. E as experiências no Chile não são experiências que não tiveram explicações anteriores. Não são experiências que aparecem aos nossos olhos como um fenômeno inédito. Um fenômeno político como a Frente Popular não é algo novo”. Já na revolução espanhola “está presente a traição do stalinismo como uma corrente mundial. O stalinismo se transformou numa corrente mundial que vai desenvolver a política de colaboração de classes e levar a grandes traições. E, no Chile, a grande traição foi de responsabilidade do stalinismo. Então o Partido Comunista do Chile e os partidos comunistas do mundo inteiro arcam com a responsabilidade do golpe fascista no Chile. Todo o stalinismo tem de arcar com a responsabilidade do golpe fascista do Chile”.

“As massas operárias e camponesas caminhavam no sentido da revolução social e a Frente Popular caminhava no sentido de submeter essa marcha revolucionária das massas a um governo burguês de unidade popular. Aí está toda a demonstração bem clarinha que a via da democracia burguesa é a via de estrangulamento da classe operária. E a demonstração de como o fascismo se abriga na falência das democracias burguesas”.

“Por isso este Ato dos 50 anos e a publicação do livro O golpe fascista e a inviabilidade da via pacífica ao socialismo são um passo a mais do Comité Enlace em sua luta pela reconstrução dos partidos revolucionários, por responder ao problema da crise de direção construindo os partidos-programas e reconstruindo a Quarta Internacional”.

Chile

50 anos da instalação do governo de ditadura cívico-militar (1973-2023)

As garantias democrático-burguesas perdidas foram conquistas do movimento operário chileno, desde o início do século XX. Tais garantias custaram perdas humanas, provocadas pelos governos burgueses da época, sendo as mais conhecidas historicamente as ocorridas com as matanças dos operários da indústria da carne em Santiago, dos Portuários em Valparaíso, da escola Santa Maria em Iquique, entre outras. No entanto, nos anos de 1960 e 1970, o movimento operário chileno era conhecido como o mais forte e organizado da América Latina. O problema, desgraçadamente, está em que a classe operária e os demais oprimidos do país não contavam com a direção do Partido Operário Revolucionário. Isso se devia ao fato de não terem um programa nacional e internacional devido à destruição da III Internacional de Lênin e Trotsky. A III Internacional havia sido liquidada pela orientação do traidor e revisionista Stalin. O estalinismo formulou a tática das frentes populares, que é de colaboração de classes, e desenvolveu a falsa ideia do socialismo em um só país e da revolução por etapas.

No Chile, se colocou a invenção de construir por meio das leis burguesas um caminho ao socialismo. O que foi levada adiante por Salvador Allende, que tornou o Chile no último fracasso estalinista, apesar de que a via pacífica ao

socialismo ainda seja defendida por impostores.

Os atores intelectuais e os operários conheciam os planos do imperialismo norte-americano. Isso para impedir o ascenso de Allende à presidência da República. Os imperialistas tinham pleno conhecimento de que a classe operária iria muito além do governo. O receio se voltava contra seu inimigo principal, o proletariado, que teria de ser dobrado e domesticado, para ser afundado sob a dura bota militar.

O Sr. Allende, conhecedor da história das Frentes Populares, traiu a classe operária e o povo. Acabou abrindo as portas ao fascismo. A frente popular, iniciada na China em 1927, sob a direção que Chiang Kai-shek, serviu para em janeiro de 1928 ratificar o governo reacionário contra a classe operária e o povo chinês, que resultou em massacre. Posteriormente, se reproduz a mesma linha na Espanha de Franco e na França de Leon Blum. Os exemplos da política estalinista das frentes populares eram fartos em todo o mundo. Aí se permite o qualificativo de traição.

No Chile, o instinto revolucionário da classe operária se manifestava no marco da luta de classes. Ao contrário, o governo de frente popular e seus partidários manifestavam a confiança nos militares, no exército regular burguês. Ignorou-se que sempre estão dispostos a defender a classe

opressora e exploradora, cuja oficialidade encarna a ditadura de classe da burguesia.

No Chile, o instinto revolucionário da classe operária se manifestava no marco da luta de classes. Ao contrário, o governo de frente popular e seus partidários manifestavam a confiança nos militares, no exército regular burguês. Ignorou-se que sempre estão dispostos a defender a classe opressora e exploradora, cuja oficialidade encarna a ditadura de classe da burguesia.

Desde o dia 11 de setembro de 1973, o governo golpista cívico-militar lançou os planos sanguinários da contrarrevolução, objetivando terminar com qualquer vestígio de resistência. Induziu os militantes dos partidos operários tradicionais, PS, PC, e outros que apoiavam a Unidade Popular (UP), a confiarem cegamente que se se apresentassem às novas autoridades voltariam a sua vida “normal”. Confiando no chamado das polícias e das Forças Armadas, que se fazia na imprensa escrita, nos rádios e televisão, muitas vidas se perderam, milhares foram encarcerados, torturados e desaparecidos.

Passaram-se 50 anos da ditadura cívico-militar e de governos da ditadura civil, cujos efeitos são cada vez mais evidentes. Apesar da brutalidade repressiva, as organizações gremiais, sindicais e sociais, entre elas os Mapuches, se mobilizam de uma ou de outra maneira, demonstrando o descontentamento com a soma de arbitrariedades, baseados na legalidade burguesa. Lutam em defesa de reivindicações mínimas, como é o direito ao trabalho, saúde, educação e moradia, e contra o andaime reacionário, antioperário e antinacional de submissão ao imperialismo. O imperialismo e a burguesia chilena que o segue são de fato contrários a todo sistema básico da democracia que eles mesmos proclamam. Impulsionam a ruína do país, por meio da mais absoluta vassalagem e servidão. Com esse sistema econômico, entregam-se as riquezas naturais na forma de concessão, privatizam os serviços educacionais e sanitários e colocam os recursos previdenciários dos trabalhadores nas mãos das multinacionais. Os consumidores pagam, o IVA, imposto aos produtos essenciais, para financiarem os planos dos governos incapazes e partidos políticos burgueses, que, estando no poder, usam os recursos para fins próprios. Assim, constituem círculos próximos aos governos para financiar candidatos. Os mais necessitados esperam por década uma solução aos graves problemas que padecem. Mas, acabam chegando a única fórmula encontrada, que são as mobilizações de massa, unificadas em busca de soluções concretas.

Nestes tempos e convulsão social, a Justiça procura acelerar as demandas das vítimas, de anos anteriores que forma atingidas pelas forças repressivas e guardas privadas das empresas.

Qualquer pessoa que se permita qualificar de político sabe de antemão que o imperialismo e a burguesia chilena não estão dispostos a retomar o projeto de conciliação de classes. Pelo contrário,

aplicam os seus métodos próprios de opressão. Somente chamam à conciliação quando os oprimidos se submetem às arbitrariedades dos opressores. A via pacífica do socialismo foi uma burda mentira e traição contra a maioria nacional, incluindo a nação-classe Mapuche, que ainda resiste contra os Estados vizinhos opressores.

A classe dominante jamais deixará o poder voluntariamente, e menos ainda por meio de suas leis. O proletariado pelo lugar que ocupa no sistema de produção capitalista é a classe capaz de aglutinar todos os oprimidos. Para isso, é necessário que se estruture sob o programa da tomada do poder e da revolução proletária em nível nacional, vinculada à revolução internacional.

(Extraído do Jornal Luta Operária, setembro de 2023, órgão do Comitê Construtor do Partido Revolucionário do Chile)

R\$5

Adquira com o distribuidor do Massas:

Fundamentos e princípios do marxismo-leninismo-trotskismo

Sobre o direito à autodeterminação das nações

Coletânea de Textos

Lênin e Trotsky

POR PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

MASSAS

Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO



Órgano central del partido obrero revolucionario

Bolívia

Guerra até a morte entre “Evistas” e “Arcistas” continua e aprofunda

A ruptura definitiva do MAS está selada, embora o moribundo ainda possa dar alguns chutes

O Pacto de Unidade, onde estão a COB e quase todas as direções nacionais dos setores filiados, além de frações, em muitos casos majoritárias, dos bartolinas, do CSUTCB e dos interculturais, antes de anunciar que não comparecerão ao Congresso do MAS em Lauca Eñe, convocou uma reunião na cidade de El Alto, para analisar a possibilidade de apelar, pela última vez, à unidade do MAS. Representantes de ambos os lados já se manifestaram categoricamente que a unidade já não é possível.

Morales, em seu programa de rádio, foi rápido em instruir que nenhum masista deveria comparecer ao “arcista” ampliado; que já não há possibilidade de reconciliação com Arce e os seus seguidores e que a ruptura com eles está selada.

Obviamente, Evo não compareceu ao referendo ampliado e o partido ampliado ignorou o Congresso do MAS em Lauca Eñe e a proclamação anunciada de Evo à Presidência

Contudo, ainda está pendente a posição que o Tribunal Nacional Eleitoral sobre a titularidade da sigla MAS e outros problemas que podem dar origem a ações judiciais posteriores. Mas, o inquestionável é que a dissolução do MAS não tem volta.

Agora é só esperar as expulsões que vão chover de um lado e de outro e o ambiente vai ser contaminado pela guerra suja de mau gosto pela qualidade política e moral dos protagonistas. É claro que eles têm muito do que acusar uns aos outros, porque, todos eles, afundaram-se numa poça de excremento durante o seu longo período no poder político.

Parece que os “arcistas” avançaram na manobra para desqualificar Morales como candidato às eleições de 2025. São muitas as declarações de políticos, parlamentares pró-governo e figuras oportunistas que aparecem com rótulos de “constitucionalistas”, dando conta de que o Tribunal de Justiça Internacional indicou que a figura das reeleições contínuas e indefinidas não existe como um “direito humano” e que o Supremo Tribunal de Justiça não pode deixar de aca-



tar a decisão de um tribunal superior, em respeito aos tratados internacionais que estão em vigor. Morales sabe que os atuais magistrados já não obedecem ao seu controle e que uma decisão negativa poderia significar a sua morte civil, razão pela qual apressa desesperadamente para as eleições judiciais, na esperança de gerir futuros magistrados.

Por outro lado, Arce tem nas mãos o leme do “navio do Estado”. Este personagem aprendeu com Morales todos os truques e manobras para se afirmar como “chefe do Estado e do Partido”. Evo está bebendo do seu próprio veneno e se as condições forem desfavoráveis às suas ambições pessoais ele terá de aguentar.

Os trabalhadores e todos os oprimidos do país, que estão preocupados em resolver os seus problemas que emergem da crise econômica, não devem se distrair com o processo sujo do MAS. Na verdade, para a grande maioria o processo dentro do MAS é totalmente estranho.

Este é o momento de levantar as bandeiras da independência política e organizativa diante do governo e do apodrecido Estado burguês.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2762, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

EUA

Republicano Kevin McCarthy é derrubado da presidência da Câmara dos EUA

Crise política se acirra, alimentada pela crise econômica, o endividamento e a guerra

A maior potência imperialista tem manifestado no seu interior fortes sintomas da crise capitalista, que teve o estopim em 2008, e mantém seus efeitos até hoje, agravados pela recente crise pandêmica, pela guerra na Ucrânia e as sanções contra a Rússia.

A alta dos juros do FED (Federal Reserve, banco central dos EUA), como uma resposta à alta inflacionária, tem intensificado as tendências recessivas na economia estadunidense e mundial. A crise bancária, desencadeada pela quebra de bancos regionais dos EUA e temporariamente controlada, ainda não foi debelada.

A crise política nos EUA é alimentada pela crise capitalista, com a guerra na Ucrânia sendo um fator para o aumento do endividamento, que por sua vez tem sido um fator de disputas interburguesas em torno do direcionamento dos gastos estatais. A alta no número de greves (como a greve nas automobilísticas), diante da corrosão salarial em virtude da alta inflacionária, se converte em mais um elemento propulsor da crise política.

O endividamento público dos EUA é enorme, correspondendo a 122,9% do PIB. De tempos em tempos, quando o teto da dívida estipulado por lei é atingido, surge um impasse na governabilidade em torno da elevação desse teto, caso contrário levaria a um congelamento das despesas e, conseqüentemente, a paralisação do governo.

No sábado (30/09), quando o governo estava na iminência de ser paralisado, o presidente da Câmara, Kevin McCarthy (do Partido Republicano), utilizando-se dos votos de todos os deputados do Partido Democrata e indo contra a grande maioria do seu próprio partido, conseguiu aprovar na Câmara uma lei provisória de financiamento do governo até 17 de novembro, evitando assim uma paralisação.

Na lei aprovada, foram bloqueados novos gastos com a Ucrânia, o que gerou preocupações entre os membros da OTAN e Zelensky. Porém, isso não foi capaz de acalmar a revolta no Partido Republicano, que estava pela paralisação do governo. Isso motivou que um pequeno grupo republicano de 8 deputados ultradireitistas, liderados por Matt Gaetz, protocolasse um pedido de vacância da presidência da Câmara, que foi aprovada com 216 votos a favor (208 democratas + 8 republicanos radicais), e 210 votos contra (republicanos).

Por mais que a maioria do Partido Republicano estivesse insatisfeita com Kevin McCarthy, a moção de vacância, aprovada por uma ultraminoria de 8 deputados republicanos e a totalidade de votos dos democratas, ultrapassou os limites e gerou indignação entre os republicanos. É a primeira vez na história dos EUA que um presidente da Câmara é destituído.

A Câmara dos EUA se encontra, neste momento, paralisada, em busca de um novo nome para ocupar a presidência, que certamente será também da oposição republicana, uma vez que este partido ocupa a maioria das cadeiras da

Câmara. No entanto, este episódio é um abalo no sistema bipartidário dos EUA, que tem sido colocado como um modelo de democracia representativa burguesa.

A crise política nos EUA é alimentada pela crise capitalista, com a guerra na Ucrânia sendo um fator para o aumento do endividamento, que

por sua vez tem sido um fator de disputas interburguesas em torno do direcionamento dos gastos estatais. A alta no número de greves (como a greve nas automobilísticas), diante da corrosão salarial em virtude da alta inflacionária, se converte em mais um elemento propulsor da crise política.

A importância de acompanhar a crise política e econômica nos EUA está em que este, por ser a maior potência mundial, porém em decadência, se torna o principal fator de intensificação da guerra comercial e das tendências bélicas mundiais.

As disputas entre republicanos e democratas ocorrem no âmbito da política burguesa, portanto alheios aos interesses dos explorados norte-americanos. No entanto, tendem a arrastar as massas para um ou outro campo, caso o proletariado não conquiste sua independência de classe. A alta nas greves e o despertar de uma vanguarda é um ponto de apoio para retomar o elo de construção do partido revolucionário nesse país, como parte da reconstrução do partido mundial da revolução socialista, a IV Internacional.

O POR iniciou no jornal Massas 690 a publicação do folheto “A Guerra e a Internacional”, redigido por Trotsky, em outubro de 1914. Consta nesse número do Massas o prefácio do autor. A partir do jornal Massas 693, iniciamos a publicação dos capítulos. Agora, publicamos o VII capítulo “O Colapso da Internacional”.

O objetivo de apresentar documentos históricos dessa natureza corresponde à crise mundial do capitalismo e à guerra na Ucrânia. O Partido Operário Revolucionário tem feito o máximo esforço por expressar e fundamentar a campanha internacionalista do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) pelo fim da guerra, que somente será resolvida por meio da luta do proletariado europeu e mundial. As posições do CERQUI têm exigido a fundamentação marxista do caráter da guerra e da questão da autodeterminação das nações oprimidas. As formulações programáticas de Lênin e Trotsky são a fonte que recorreremos por sua justeza teórica e pela comprovação prática da revolução proletária de 1917 na Rússia.

O Colapso da Internacional (Capítulo 6)



No seu Congresso de Paris, duas semanas antes do começo da catástrofe, os socialistas franceses insistiram em comprometer todas as seções da Internacional numa ação revolucionária em caso de mobilização. Eles pensavam principalmente na social-democracia alemã. O radicalismo dos socialistas franceses em questões de política externa estava enraizado não tanto nos interesses internacionais quanto nos nacionais. Os acontecimentos da guerra, agora, confirmaram definitivamente o que então estava claro para muitos. Os socialistas franceses desejavam do partido alemão uma certa garantia de que não se mexeria com a França. Com estas garantias da parte do proletariado alemão, teriam as mãos livres para o conflito decisivo com seu próprio militarismo nacional. Mas, os alemães se negaram rotundamente a fazer qualquer promessa. Bebel mostrou que, mesmo que os partidos socialistas assinassem a resolução francesa, não poderiam necessariamente manter sua promessa quando chegasse o momento decisivo. Agora não cabe dúvidas de que Bebel estava certo. Como se viu em repetidas ocasiões, a mobilização paralisa quase completamente o Partido Socialista, ou pelo menos, exclui a possibilidade de manobras decisivas. Declarada a mobilização, a social-democracia se vê frente a frente com o poder concentrado do governo, apoiado por um poderoso aparato militar, que está pronto para esmagar todos os obstáculos em seu caminho e conta com a cooperação incondicional de todos os partidos e instituições burguesas. E não menos importante é o fato de que a mobilização desperta e põe de pé aqueles elementos do povo mais desamparados e que em tempos de paz desempenham um papel político muito restrito. Milhões de pequenos artesãos, “lumpemproletários”, pequenos camponeses e trabalhadores do campo entram nas fileiras do exército vestindo o uniforme de Sua Majestade, onde cada um deles tem o mesmo peso que um operário com consciência de classe. Eles e suas

famílias são arrancados à força de sua indiferença monótona e passam a se interessar pelo destino de seu país. A mobilização e o estado de guerra despertam novas expectativas nesses círculos aos quais nossa agitação praticamente não alcança e que, em circunstâncias normais, nunca se alistariam. Os corações dessas massas, arrancadas da miséria e da servidão, se enchem de esperanças confusas de uma mudança para melhor das suas condições atuais. A mesma coisa acontece no início de uma revolução, mas com uma diferença importantíssima. Uma revolução liga esses elementos recém-surgidos com a classe revolucionária, mas, a guerra os liga com o governo e o exército! No primeiro caso, todas as necessidades insatisfeitas, todos os sofrimentos acumulados, todas as esperanças e anseios encontram sua expressão no entusiasmo revolucionário; no segundo caso, essas mesmas emoções coletivas assumem temporariamente a forma de uma embriaguez patriótica. Grandes setores das classes trabalhadoras são arrastados pela mesma corrente, inclusive aqueles influenciados pelo socialismo.

A vanguarda socialdemocrata sente-se em minoria; suas organizações são arruinadas quando se completa a organização do exército. Nessas condições, não se pode pensar numa manobra revolucionária por parte do partido. E tudo isso independe se o povo aceita a guerra ou não. Apesar do caráter colonial da guerra russo-japonesa e de sua impopularidade na Rússia, o movimento revolucionário quase desapareceu durante os primeiros seis meses da guerra. Portanto, é evidente que, com as melhores intenções do mundo, os partidos socialistas não podem comprometer-se com uma ação obstrucionista no momento da mobilização, que constitui precisamente também o momento de maior isolamento político do socialismo.

Assim, não há nada particularmente inesperado ou desanimador no fato de que os partidos da classe operária não se opusessem à mobilização militar com sua própria mobilização revolucionária. Se os socialistas tivessem se limitado

a condenar a guerra europeia, se tivessem declinado toda a responsabilidade por ela e recusado o voto de confiança em seus governos, opondo-se aos créditos de guerra, teriam cumprido seu dever na época. Eles teriam assumido uma posição de espera, cujo caráter oposicionista seria perfeitamente claro para o governo, assim como para o povo. A ação posterior teria sido determinada pela marcha dos acontecimentos e pelas mudanças que os eventos de uma guerra devem produzir na consciência do povo. Os laços que unem a Internacional teriam sido preservados e a bandeira do socialismo teria permanecido imaculada. Embora enfraquecida no momento, a social-democracia teria preservado suas mãos livres para uma intervenção decisiva assim que a mudança nos sentimentos das massas trabalhadoras ocorresse. E é seguro afirmar que qualquer influência que a social-democracia pudesse ter perdido com tal atitude no início da guerra, logo poderia recuperá-la aumentando duas ou três vezes quando se produzisse uma mudança inevitável no sentimento público.

Mas, se a socialdemocracia não agiu dessa maneira, se o sinal para a mobilização foi também o sinal para o colapso, se os partidos operários se uniram aos seus governos e aos seus exércitos sem a menor resistência, é porque há profundas causas que são comuns a toda a Internacional. Não há que buscá-las nos erros de indivíduos, ou na incompetência dos dirigentes das organizações, mas, nas condições objetivas da época em que nasceu e se desenvolveu a Internacional Socialista. Isto não significa que se deva justificar os erros e a incapacidade dos dirigentes. De jeito nenhum. Mas, esses não são os fatores fundamentais. Temos de ser diretos conosco: não estamos falando somente de tal o qual equívoco particular, nem de medidas oportunistas, nem de nenhuma declaração torpe nos diversos parlamentos; não se trata da aprovação do orçamento no Grande Ducado de Baden¹, nem nas experiências de “ministerialismo” na França, nem deste ou daquele arrivista. Trata-se nem mais nem menos da capitulação completa da Internacional na época de maior responsabilidade histórica, para a qual todas as conquistas prévias do socialismo não foram mais que uma preparação.

Uma revisão dos acontecimentos históricos serve para considerar alguns fatores e sintomas que deveriam ter despertado a atenção sobre a profundidade ou superficialidade do internacionalismo no movimento operário.

Não nos referimos à social-democracia austríaca. Em vão os socialistas russos e sérvios procurariam no Wiener Arbeiter-Zeitung artigos sobre a política mundial que pudessem servir aos trabalhadores da Rússia e da Sérvia sem ter de envergonhar a Internacional. Um dos traços mais marcantes deste jornal foi sempre a defesa do imperialismo austro-alemão, não apenas contra o inimigo externo, mas também contra o inimigo interno (e um desses inimigos internos era o Vorwärts). Sem ironia, se pode afirmar que na crise atual da Internacional o Wiener Arbeiter Zeitung permaneceu fiel à sua história. O socialismo francês revela dois extremos: por um lado um patriotismo ardente não livre da germanofobia; por outro lado, o mais vívido antipatriotismo do tipo Hervé², que, como a experiência ensina, prontamente se transforma no seu oposto. Quanto à Inglaterra, o chauvinismo de Hyndman³, com suas colorações tories⁴ que complementa seu radicalismo sectário, também provocou, mais de uma vez, algumas dificuldades políticas à Internacional.

Pode-se observar os mesmos sintomas nacionalistas na socialdemocracia alemã, ainda que em menor grau. É verdade que o oportunismo dos socialistas do sul da Alemanha germinou sobre o terreno do provincianismo, um nacionalismo de segunda. Mas, os alemães do sul eram considerados, com razão, uma retaguarda sem importância do partido. A promessa de Bebel de colocar sua arma no ombro em caso de perigo não teve uma recepção entusiasta. E quando Noske⁵ repetiu a expressão de Bebel, foi duramente atacado na imprensa partidária. No geral, a social-democracia alemã conservava mais estritamente a linha do internacionalismo do que qualquer outro dos antigos partidos socialistas. Por essa razão, a sua ruptura com o passado foi mais violenta. A julgar pelas declarações formais do partido e pelos artigos da imprensa socialista, não há nada em comum entre o socialismo alemão de ontem e de hoje. Mas, é claro que esta catástrofe não poderia ter ocorrido se as condições para ela não tivessem sido preparadas em tempos anteriores. O fato de dois jovens partidos socialistas, o russo e o sérvio, tenham permanecido fiéis a seus deveres internacionais não é um argumento decisivo em favor daquela filosofia “filisteia”, que afirma que a lealdade aos princípios é um sinal de “imaturidade”. Mas este fato nos leva a procurar as causas do colapso da Internacional naquelas condições do seu desenvolvimento que menos influência tiveram sobre os membros mais jovens.

-
- 1 Em 1904, no Parlamento Regional de Baden, no sul da Alemanha, os social-democratas e os liberais redigiram e votaram conjuntamente um orçamento. Esta foi a primeira vez que algum socialista votou a favor de um orçamento capitalista.
 - 2 Gustave Hervé (1871-1944): Ex anarquista. Líder da extrema esquerda dentro do socialismo francês e destacado antimilitarista na Segunda Internacional até o estouro da Primeira Guerra Mundial. A partir daí, se transformou num patriota francês raivoso e monárquico.
 - 3 Henry Hyndman (1868-1921): Socialista inglês, fundador da Federação Socialdemocrata e depois do Partido Socialista britânico em 1911, com o qual rompeu em 1914 para apoiar o governo do seu país na guerra, fundando o Partido Socialista Nacional (NSP).
 - 4 Tories: o partido conservador inglês.
 - 5 Gustav Noske (1868-1946): Social-democrata de direita, deputado. Tornou-se Ministro da Defesa após a Revolução Alemã em novembro de 1918. Organizou os Freikorps, bandos militares de extrema direita e se ocupou da repressão contra os espartaquistas em janeiro de 1919, durante a qual Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht foram assassinados. Forçado a renunciar após o Putsch de Kapp em 1920.